

Paola Zielinski

**Karol Wojtyła e seu papel internacional na Polônia da Guerra Fria**

Marília  
2025

Paola Zielinski

## **Karol Wojtyła e seu papel internacional na Polônia da Guerra Fria**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Conselho de Curso de Relações Internacionais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP - Câmpus de Marília, para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos

Marília  
2025

Zielinski, Paola.

Karol Wojtyła e seu papel internacional na Polônia da Guerra Fria/ Paola Zielinski. -- Marília, 2025

58 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado – Relações Internacionais) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília.

Orientador: Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos

1. União Soviética Política e governo 1985-1991. 2. Papas.
3. Comunidades cristãs Igreja Católica. 4. Comunismo
5. Lei Marcial I. Título.

Paola Zielinski

## **Karol Wojtyła e seu papel internacional na Polônia da Guerra Fria**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Conselho de Curso de Relações Internacionais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP - Câmpus de Marília, para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

### Banca Examinadora

Prof. Dr. Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos  
UNESP – Câmpus de Marília  
Orientador

Mestre Friedrich Maier  
UNESP – Câmpus de Marília

Prof. Dr. Gabriel Sandino de Castro  
Faculdade Patos de Minas

Marília, 10 de Dezembro de 2025.

## **AGRADECIMENTOS**

Àqueles que por quatro anos foram casa;

Àqueles que por quatro anos me fizeram sentir saudades de casa;

Àquele que foi casa independente de onde estivesse;

Conquistas não são conquistas sem alguém para dividi-las, obrigada por me darem a certeza de que teria um lar aonde quer que estivesse.

“Ali ainda havia algo verdadeiramente bom: havia a alegria, a amizade, as esperanças.”

Liev Tolstói (1886)

## RESUMO

Este trabalho busca analisar o papel do Papa João Paulo II como expressão da hegemonia religiosa na sociedade civil polonesa e sua contribuição para o enfraquecimento do regime socialista na Polônia entre 1978 e 1989. Parte-se da hipótese de que, através de sua aproximação ao sindicato oposicionista Solidariedade, João Paulo II desempenhou uma função decisiva no estabelecimento da luta oposicionista dentro da sociedade civil, e gradativamente do Estado, favorecendo a ruptura da ordem socialista, alterando a conjuntura política e o campo simbólico do país. A pesquisa divide-se em dois capítulos. O primeiro contempla o período de 1978 a 1985, com foco nos primeiros anos do Papado, na intensificação da resistência civil e nos efeitos da imposição da Lei Marcial. O segundo capítulo abrange o intervalo de 1985 a 1989, marcado pela implementação das reformas soviéticas Perestroika e Glasnost. Dessa forma, o estudo evidencia como a Igreja, através da liderança de João Paulo II, atuou como aparelho hegemônico estratégico na reconfiguração do campo político polonês, contribuindo para o colapso do regime socialista no contexto da Guerra Fria.

**Palavras-chave:** Aparato Hegemônico; Gramsci; União Soviética; Igreja Católica, Solidariedade.

## **ABSTRACT**

This work seeks to analyze the role of Pope John Paul II as an expression of religious hegemony in Polish civil society and his contribution to the weakening of the socialist regime in Poland between 1978 and 1989. The hypothesis suggests that, through his approach with the opposition trade union Solidarity, John Paul II played a decisive role in establishing the opposition within civil society and, gradually, within the State, favoring the rupture of the socialist order, altering the political conjuncture and the symbolic field of the country. The research is divided into two chapters. The first covers the period from 1978 to 1985, focusing on the early years of the papacy, the intensification of civil resistance, and the effects of the imposition of Martial Law. The second chapter covers the period from 1985 to 1989, marked by the implementation of the Soviet reforms Perestroika and Glasnost. Thus, the study highlights how the Church, through the leadership of John Paul II, acted as a strategic hegemonic apparatus in the reconfiguration of the Polish political landscape, contributing to the collapse of the socialist regime in the context of the Cold War.

**Keywords:** Hegemonic Apparatus; Gramsci; Soviet Union; Catholic Church; Solidarity.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional
<b>GATT</b>	Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
<b>INF</b>	Tratado de Forças Nucleares Intermediárias
<b>KSS</b>	Krajowa Sekcja Służby Zdrowia – Seção Nacional da Saúde
<b>PZPR</b>	Partido Operário Unificado Polaco
<b>PCUS</b>	Partido Comunista da União Soviética
<b>WRON</b>	Wojskowa Rada Ocalenia Narodowego – Conselho Militar de Salvação Nacional

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	11
<b>2</b>	<b>GUERRA FRIA</b>	14
2.1	Pré-Lei Marcial (1978 - 1981)	14
2.2	Vigência Lei Marcial (1981 - 1983)	25
2.3	A distensão pós-Lei Marcial (1983 - 1984)	31
<b>3</b>	<b>PERESTROIKA E GLASNOST</b>	38
3.1	Início da abertura do regime (1985-1986)	38
3.2	Colapso do socialismo polonês (1987-1990)	43
<b>4.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	52
	<b>REFERÊNCIAS</b>	54

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar o papel desempenhado pelo Papa João Paulo II no processo de enfraquecimento e posterior queda do regime socialista na Polônia, com especial atenção à atuação da Igreja Católica como agente hegemônico no interior da sociedade civil polonesa. A investigação se insere em um recorte histórico e político marcado pelas tensões estruturais da Guerra Fria, período que polarizou o mundo entre os blocos capitalista e socialista, com profundas implicações nas esferas econômica, ideológica e cultural.

A Polônia, como integrante da esfera de influência soviética, fazia parte de um regime socialista que enfrentava diversas dificuldades frente à influência da religião na população. A Igreja era percebida, portanto, não apenas como espaço de fé, mas também como esfera de proteção simbólica e resistência moral.

A eleição de Karol Wojtyła ao papado, em 1978, sob o nome de João Paulo II, marcou um ponto de inflexão histórico. Sua figura uniu dois campos geralmente tratados de forma separada: religião e política. Desde o início de seu pontificado, João Paulo II adotou uma postura clara de oposição ao regime socialista, discursando em favor da liberdade religiosa e realizando diversas alusões incentivando a população a se organizarem contra o governo. Sua primeira visita à Polônia, em 1979, teve enorme impacto simbólico e social: reuniu multidões, resgatou um sentimento de pertencimento nacional, instigando uma vontade à população de que era necessário alterar o governo vigente.

Essa mobilização contribuiu diretamente para a formação de uma nova moral coletiva que desafiava os fundamentos ideológicos do socialismo de Estado, criando uma tensão interna que atuava no plano do consenso e da hegemonia cultural, conforme proposto por Antonio Gramsci. A Igreja tornou-se um canal legítimo de organização da sociedade civil, e sua aliança tácita com movimentos operários e sindicais, como o Solidarność, liderado por Lech Wałęsa, desempenhou papel crucial na deslegitimação do regime comunista.

Consequentemente, este estudo irá se aprofundar no problema de como a atuação do Papa João Paulo II, enquanto expressão da hegemonia religiosa inserida na sociedade civil polonesa, contribuiu para o enfraquecimento do regime socialista e para a ruptura entre Estado e sociedade na Polônia comunista. A pesquisa parte da premissa de que a Igreja Católica, por meio da figura do Papa, especialmente em

sua aproximação e apoio ao sindicato oposicionista Solidariedade, assumiu um papel central na reconfiguração do campo político e simbólico, promovendo uma nova moral social que desestabilizou os alicerces da ordem estatal vigente. Para alcançar tal objetivo, o trabalho será organizado em dois capítulos analíticos, estruturados com base em recortes temporais que refletem momentos decisivos da história política polonesa recente.

O primeiro capítulo abordará o período compreendido entre os anos de 1978 e 1985, tendo como marco inicial a eleição de Karol Wojtyła ao papado — momento que conferiu à Polônia um protagonismo inédito no cenário geopolítico da Guerra Fria — e se encerrando antes da implementação das reformas soviéticas conhecidas como Perestroika e Glasnost. Esse intervalo será subdividido em três subtópicos cronológicos: I) Pré-Lei Marcial (1978–1981), fase de intensificação das mobilizações sociais e fortalecimento do Solidariedade; II) Vigência da Lei Marcial (1981–1983), período marcado por repressão institucional, com a imposição de toque de recolher, restrições à circulação nas cidades e reforço da proteção a instituições estatais, partidárias e produtivas; e III) A distensão pós-Lei Marcial (1983–1984), caracterizada por certo arrefecimento das tensões e reorganização estratégica das forças civis opositoras. A análise dessa primeira etapa será fundamental para compreender o modo como a atuação da Igreja — em especial sob a liderança de João Paulo II — ampliou a dissociação entre sociedade civil e Estado, abrindo espaço para a erosão da legitimidade do regime socialista.

O segundo capítulo da pesquisa irá se debruçar sobre o período subsequente, marcado pelas transformações internas no bloco soviético a partir da introdução das políticas de abertura (*Glasnost*) e reestruturação (*Perestroika*) iniciadas por Mikhail Gorbachev. Esse novo contexto será explorado a partir de dois subtópicos: I) Início da abertura do regime (1985–1986), momento em que se esboçam os primeiros sinais de flexibilização e diálogo político; e II) 1987–1989, etapa que culmina na derrocada efetiva do regime socialista polonês e na realização das primeiras eleições democráticas no país. A progressiva perda de coesão entre as estruturas estatais e a base social, intensificada pela permanência da Igreja como força de resistência e organização, será analisada como fator decisivo para o colapso da hegemonia da União Soviética. Ao final, pretende-se demonstrar como a trajetória de João Paulo II não apenas influenciou a política interna da Polônia, mas

também configurou-se como expressão concreta de um aparelho hegemônico não estatal.

Este trabalho foi desenvolvido a partir da tradução no sentido de Gramsci, debruçando-se sobre as categorias de hegemonia, sociedade civil e intelectual orgânico. Desse modo, a construção da monografia parte de uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo, tendo como delineamento estudo de caso, a partir da utilização de fontes secundárias, como dissertações e artigos, e fontes primárias, como a análise de homilias e atas de reuniões do Politburo polonês. Para a coleta de dados foram utilizados operadores booleanos que se refiram ao tema, ou que exerçam a função necessária para a bibliografia a ser coletada. Como exemplo: Wojtyla AND Poland; Solidarnosc AND Wojtyla, entre outros. O cronograma para a coleta é dividido de acordo com os subtópicos da pesquisa, com um período de tempo definido para a escrita e pesquisa bibliográfica de cada. Assim, a análise será limitada aos anos entre 1978-1989.

## 2 GUERRA FRIA

A conjuntura internacional pós Segunda Guerra Mundial implicou na existência dos assim chamados Estados comunistas, incluindo a Polônia. Grande parte destes países usufruíam de um Estado Socialista devido à vitória do Exército Vermelho em seu território, e conseqüentemente seguiam fielmente os moldes soviéticos stalinistas. Dessa maneira, os sistemas políticos se caracterizavam pelo modelo unipartidário e autoridade centralizada, sob a significativa coerção diante do modelo stalinista. A Polônia, em específico, foi fruto da conquista pelo uso direto de armas na parte que era anteriormente conquistada pela Alemanha. Entretanto, apesar da imposição do regime por parte do exército soviético, em seus primeiros momentos, o regime usufruiu de certa legitimidade (Hobsbawm, 1994).

A morte e os frequentes ataques à era stalinista representaram uma ruptura na política da URSS, iniciando uma desestruturação no bloco. Decorrentemente, uma liderança reformista foi aceita sem grandes impedimentos na Polônia. Conseqüentemente, o governo polonês sucumbiu à pressão popular e realizou concessões econômicas à sociedade que se apresentava com significativo desânimo em relação ao sistema e governo. Conseqüentemente, a agricultura foi descoletivizada e a força política da classe operária começou a ser vista com outros olhos, fator futuramente intensificado pela eleição de Karol Wojtyła como Papa e líder da Santa Sé (Hobsbawm, 1994).

Desta maneira, nesta seção haverá uma breve descrição e análise dos fatos mais relevantes referentes ao período que antecede a lei marcial na Polônia, adentrando os discursos e ações do Papa neste período. Assim, buscando compreender a atuação do aparelho hegemônico na sociedade civil polonesa durante os primeiros anos de seu pontificado, e como o Papa contribuiu para uma transformação em meio ao dito governo socialista polonês.

### 2.1 Pré-lei Marcial (1978 - 1981)

A Igreja Católica desempenhou - e ainda desempenha - um papel importante na sociedade civil polonesa devido, principalmente, ao seu laço com identidade nacional. A Igreja era frequentemente vista como uma defensora da população e

referida como uma instituição que preservou a nação durante diversos ataques (Avery, 1988 *apud* Jocher, 2015).

Em 14 de Outubro de 1978, alguns dias após o anúncio da morte do Papa João Paulo I, cardeais dos mais diversos países se reuniram em Roma para o Conclave que decidiria o próximo líder da Igreja Católica. Karol Wojtyła, em 16 de Outubro de 1978, foi eleito chefe de Estado do Vaticano. O primeiro Papa não-italiano depois de aproximadamente 455 anos.

João Paulo II gradativamente firmou sua posição contra o dito regime socialista e publicamente demonstrou seu apoio ao sindicato oposicionista *Solidarność*, reconstruindo o aparelho hegemônico da Igreja Católica polonesa, ao introduzir novos componentes deste conflito na sociedade civil. Dessa maneira, discorrerei através dos diversos posicionamentos expostos por Wojtyła, buscando compreender como sua eleição suscitou a religião como forte aparato hegemônico estadunidense contra o regime.

João Paulo II, desde o início de seu pontificado deixou claro sua posição em relação à conjuntura internacional que havia sido colocada pela Guerra Fria. Seus primeiros discursos abrangem de maneira clara seu direcionamento político, renunciando sua forte atuação na sociedade civil e Estado polonês.

Desta forma, este tópico inicial se debruçará sobre os primeiros anos do Papado de João Paulo II, decisivos por definirem seu posicionamento com relação à sua terra natal, e conseqüentemente à ordem socialista vigente. Portanto, haverá uma análise, partindo de preceitos gramscianos, de seus primeiros discursos, incluindo aqueles realizados no Vaticano, quanto durante sua primeira visita à Polônia, os quais marcaram de forma abrupta a sociedade civil polonesa.

Alguns meses após sua eleição, Wojtyła participou do 30º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, nas Nações Unidas, um de seus primeiros posicionamentos em âmbito internacional, abrangendo de forma direta a conjuntura interna polonesa. Em decorrência do evento, o Papa redige uma mensagem ao Secretário-Geral da organização, trazendo à tona a importância da liberdade religiosa. Primeiramente, Wojtyła apresenta o Vaticano como colaborador fiel das Nações Unidas. “A Santa Sé sempre apreciou, elogiou e apoiou os esforços das Nações Unidas em busca de garantir de forma cada vez mais eficiente a proteção plena e justa dos direitos e liberdades fundamentais da pessoa humana” (João Paulo II, 1978, p.1-2, tradução nossa). Após se apresentar como parceiro da

instituição, o Papa chama atenção para um dos direitos postos na Declaração, colocando-o em uma posição central: o direito de liberdade de pensamento, de consciência e de religião. Wojtyła expõe à Assembleia o problema da liberdade religiosa. Dessa maneira, acrescenta, citando a Declaração de Liberdade Religiosa do Segundo Conselho do Vaticano:

Ainda existem formas de governo sob as quais, embora a liberdade de culto religioso receba reconhecimento constitucional, os poderes do governo estão envolvidos no esforço de dissuadir os cidadãos da profissão religiosa e de tornar a vida difícil e perigosa para as comunidades religiosas" (João Paulo II, 1978, p.3, tradução nossa).

João Paulo II utiliza a Assembleia da ONU como palco para uma denúncia contra a suposta falta de liberdade religiosa do bloco soviético. Ao realizar tal apontamento, o Papa configura o regime socialista polonês como infrator de sua própria constituição, alegando um intencional impulso para inserir sua sociedade civil em perigo.

Durante o mesmo período, Wojtyła publicou sua primeira encíclica, nomeada *Redemptor Hominis*. A carta de significativa extensão aborda diversos temas direcionados à fé. Entretanto, o tópico quinze, intitulado "Direitos do homem letra ou espírito", retoma o tópico da Declaração dos Direitos Humanos — anteriormente citada durante a Assembleia Geral da ONU — trazendo à tona novamente sua importância e finalidade como base para uma constante revisão de programas, sistemas e regimes políticos, acrescentando que, caso tal constante renovação não ocorra, formas de dominação podem ser desenvolvidas:

A Declaração destes direitos, juntamente com a instituição da Organização das Nações Unidas, não tinham certamente apenas a finalidade de nos apartar das horríveis experiências da última guerra mundial, mas também a finalidade de criar uma base para uma contínua revisão dos programas, dos sistemas e dos regimes, precisamente sob este fundamental ponto de vista, que é o bem do homem — digamos, da pessoa na comunidade — e que, qual factor fundamental do bem comum, deve constituir o critério essencial de todos os programas, sistemas e regimes. Caso contrário, a vida humana, mesmo em tempo de paz, está condenada a vários sofrimentos; e, ao mesmo tempo, junto com tais sofrimentos, desenvolvem-se várias formas de dominação, de totalitarismo, de neocolonialismo e de imperialismo, as quais ameaçam mesmo a convivência entre as nações (João Paulo II, 1979a, p.26).

A encíclica, apesar de direta, camufla certa abrangência acerca do direcionamento de tal fala, dado o contexto histórico de pós Segunda Guerra Mundial, e o recente fim (e ainda andamento, em alguns países do globo) de regimes nazista e fascista. O Papa leva com cuidado as palavras ao papel para que se encaixem em diversas conjunturas. Do mesmo modo, mais à frente do texto,

João Paulo II comenta sobre o sentido essencial do Estado consistindo em “o povo é soberano do próprio destino” (João Paulo II, 1979a, p.27), adicionando:

Um tal sentido não se torna uma realidade, se, em lugar do exercício do poder com a participação moral da sociedade ou do povo, tivermos de assistir à imposição do poder por parte de um determinado grupo a todos os outros membros da mesma sociedade (João Paulo II, 1979a, p.27).

As palavras do líder religioso, como dito, são abrangentes o suficiente para causarem emoção e identificação do público religioso, principalmente quando pensamos na sociedade polonesa, e naqueles que buscavam palavras de encorajamento contra o regime. Tais declarações ressoam ideologicamente na estrutura da sociedade civil polonesa, a qual contribui para consolidar a ordem visada pelo senso comum (Rocha, 2023)

Durante os dias 2 a 10 de Junho do mesmo ano, Wojtyła fez uma viagem histórica à sua terra natal, feito não realizado por um de seus predecessores, Paulo VI, como comentado ao início de sua primeira Homilia na praça da Vitória em Varsóvia: “Sabemos que Paulo VI, recentemente falecido — primeiro Papa peregrino depois de tantos séculos —, desejou ardentemente pisar terra polaca” (João Paulo II, 1979b, p.1). A impossibilidade de tal viagem decorreu da recusa em 1966 de Władysław Gomułka, Primeiro Secretário do Partido Operário Unificado Polaco, quando bispos poloneses convidaram Paulo VI à visitar o país (João Paulo II, 1979b). Dessa forma, a importância de tal visita era expressiva, o primeiro Papa a visitar o país em anos, para mais, de origem polonesa.

Durante a homilia, Wojtyła ressalta que, sem Cristo, não há como compreender a história da Polônia e, conseqüentemente, dos homens que a habitam (João Paulo II, 1979b). Em adição, traz à tona a Revolta de Varsóvia, em 1944, no qual o Exército Nacional da Resistência Polonesa se revoltou contra a ocupação nazista no país:

Sem Cristo é impossível compreender esta Nação com um passado tão brilhante e, ao mesmo tempo, tão terrivelmente difícil. Não é possível compreender esta Cidade, Varsóvia, capital da Polónia, que em 1944 se decidiu a uma batalha sem igual contra o agressor, a uma batalha em que foi abandonada pelas potências aliadas [...] (João Paulo II, 1979b, p.4).

Sutilmente, o Papa faz referência ao Exército Vermelho, como adicionado em nota de rodapé pelo Vaticano no documento oficial de sua homília, ao referir-se às potências aliadas. A declamação retoma uma luta armada de grande significância na história polonesa, ao mesmo tempo que ressalta a inércia do Exército russo perante

a revolta, que resultou na morte de diversos. Dessa maneira, o Papa não somente revive uma tragédia, como enfatiza a responsabilidade russa pelo derramamento de sangue ocorrido.

Durante o sexto dia de viagem, em 7 de Julho, João Paulo II visita o campo de concentração de Auschwitz - Birkenau. Nele, realiza uma homilia, marcante pelo grau de sentimentalismo e memórias que o local carrega. Ao caminhar frente às lápides, o Papa para em frente à de língua russa, e comenta: “Não acrescento comentário algum. Sabemos de que nação fala. Conhecemos qual a parte tida por esta nação, na última terrível guerra, a favor da liberdade dos povos. Diante desta lápide não se pode passar com indiferença” (João Paulo II, 1979c, p.3). Apesar da sucinta apresentação Wojtyła reconheceu o papel que a União Soviética representou durante a Segunda Guerra Mundial. Entretanto, o início da frase, ao levantar que não acrescentará comentário algum, traz à tona a delicadeza do tópico em meio àqueles que escutam a homilia. Ou seja, apesar do reconhecimento, o papa se contém, e não prolonga-se nas palavras.

Em um de seus últimos discursos, no Santuário da Santa Cruz em Mogila, próximo a Nowa Huta, o Papa prolonga sua fala acerca do mundo do trabalho, e conseqüentemente, da relação da Igreja com tal. Dessa maneira, desenvolve:

O cristianismo e a Igreja não têm medo do mundo do trabalho. Não têm medo do sistema baseado sobre o trabalho. O Papa não tem medo dos homens do trabalho. Eles sempre lhe estiveram particularmente próximos. Saiu do meio deles. Saiu das pedreiras de Zakrowek, das caldeiras de Solvay em Boreki, depois de Nowa Huta (João Paulo II, 1989d, p.3).

Durante a homilia, Wojtyła reafirma a história de Nowa Huta, cidade siderúrgica ao arredores de Cracóvia, e sua intrínseca relação com o trabalho, trazendo à tona seu passado camponês, o qual “vieram homens novos para iniciar um novo trabalho” (João Paulo II, 1989d, p.2), e de seu desenvolvimento industrial, que mantém-se operário. No local foi construída uma nova Igreja, que “nasceu dum trabalho novo” (João Paulo II, 1989d, p.3). Em adição, acrescentou: “A cruz não se pode separar do trabalho humano” (João Paulo II, 1989d, p.3). De tal forma, e com ditas palavras, o Papa reforça o vínculo do trabalhador para com a Igreja. Ao fortalecer tal vínculo, reforça que a instituição não tem medo do trabalho, nem do sistema baseado no trabalho dito no sistema socialista. Levando aos ouvintes a questão de que, na realidade, não há por que temer tal sistema, se os verdadeiros trabalhadores são aqueles que escutam, que estão perto. Wojtyła, ao levantar tal

afirmação, questiona a legitimidade do atual governo socialista, trazendo o apontamento de que, se o sistema é baseado sobre o trabalho, quem detém o verdadeiro poder, e controle, sobre o desenvolvimento de tal ordem são os cristãos.

A visita do Papa à cidade de Nowa Huta não foi autorizada devido, principalmente, ao histórico da construção da Igreja na cidade. Por este motivo, a homilia é realizada no Santuário Cisterciense em Moglia, local próximo à cidade siderúrgica. A Igreja de Nowa Huta sofreu perturbações no que conferiu a autorização para sua construção, muitas vezes negada, e aceita somente no ano de 1956 por Gomułka, o então Secretário-Geral do Partido Operário Unificado Polaco. Porém, algum tempo depois, tal autorização foi nulificada. A cruz que havia sido depositada no local, como identificação e reconhecimento pela autorização da Igreja, foi retirada em 1960, e foi diversas vezes comentada por João Paulo II em sua homilia:

A nova cruz de madeira foi erguida não longe daqui, precisamente durante as celebrações do Milénio. Com ela recebemos um sinal, isto é que nas vésperas do novo milénio — nestes novos tempos, nestas novas condições de vida — volta a ser anunciado o Evangelho. Iniciou uma nova evangelização, quase como se se tratasse de um segundo anúncio, embora na realidade seja sempre o mesmo. A cruz está erguida sobre o mundo que gira (João Paulo II, 1989d, p.2).

A viagem do Papa à sua terra natal se encerrou no dia 10 de Junho, deixando vestígios de sua passagem na sociedade polonesa. João Paulo II exerceu a capacidade de instituir uma nova moral, mediante uma nova concepção de mundo, determinando uma reforma na consciência. Dessa forma, um novo terreno ideológico foi criado, reformando a ideologia da população contrária à URSS e ao regime polonês. Através dos discursos, há o restabelecimento da conexão entre a Igreja Católica e a coletividade, trazendo à tona o protagonismo cristão. A significância do primeiro Papa eslavo estar visitando a sua terra, juntamente com as palavras proferidas pelo religioso durante os dias de viagem, introduzem uma nova concepção de mundo, uma reforma filosófica. Dessa maneira, a população engendra tal concepção fora do escopo estatal, exaltando o desalinhamento entre a sociedade civil e o Estado.

No ano seguinte, a partir de primeiro de Julho, a Polônia começou a enfrentar grandes aumentos no preço de alimentos (Barker, 2010). A crise que ocorreu naquele verão também relaciona-se às diversas dificuldades econômicas que o país enfrentou nos 10 anos anteriores, que esteve em declínio constante (Nascimento,

2019). Além da crise relacionada à gestão econômica, muito do movimento de 1980 advém das lutas operárias que ocorreram em 1956, 1970, 1976, como afirmado por Wałęsa, futuro líder do sindicato Solidarność: “Aqui, retomamos os movimentos de 1956 e 1970; é a nossa própria epopeia que continuamos” (Nascimento, 2019, p.50). A sensibilidade econômica ocasionou diversas manifestações no país, principalmente nas áreas industriais. As regiões de Gdansk e Szczecin chamaram particular atenção alguns meses depois, em Agosto, devido à demissão de Anna Walentynowicz, uma trabalhadora do estaleiro Lênin, ocasionada pelas suas atividades em oposição ao governo. A saída de Anna desencadeou a organização de uma greve geral, que posteriormente culminaria na criação do sindicato Solidarność (Barker, 2010).

A greve geral se estendeu por um período de 18 dias, englobando mais de 800 empresas da região. Dentre as movimentações, símbolos religiosos marcaram grande presença (Nascimento, 2019). Iconografias do Papa João Paulo II e da Madona Negra de Częstochowa, figura nacional, conhecida como “Rainha da Polônia”, marcaram os protestos (Sochaczewski, 2015).

O Papa João Paulo II, ciente dos protestos que ocorriam, fez uma prece, aludindo diretamente à organização oposicionista que ocorria na Polônia. Dessa maneira, ele recita:

Agora, queridos compatriotas, face às notícias que chegam da Polónia, quero reler aqui perante vós, ou melhor, recitar duas orações que a Igreja polonesa costuma rezar: a primeira, na solenidade de Maria Santíssima Rainha da Polónia, a 3 de Maio; e a segunda na solenidade de Nossa Senhora de Czestochowa, a 26 de Agosto (João Paulo II, 1980a, p.4).

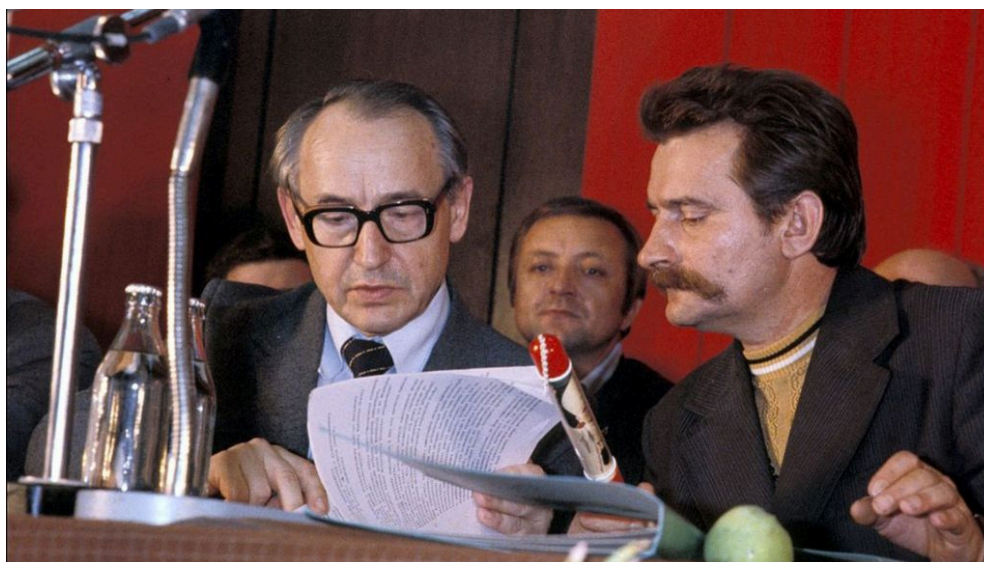
Através das duas orações, o Papa clama pela ajuda e escudo da Virgem Maria, pedindo que “a religião goze sempre da liberdade, e a pátria da segurança” (João Paulo II, 1980a, p.4). Em adição, pede que ajuda seja concedida ao povo polonês, libertando-o de todo o mal. Alguns dias depois, em discurso aos peregrinos poloneses em Roma, Wojtyła diz que celebrou com aqueles que vieram da Polónia a festa de Nossa Senhora de Częstochowa, afirmando, novamente, seu pedido de paz e justiça ao seu país de origem: “Ontem enviei meus fervorosos votos de que a oração dos peregrinos, liderada pelo Episcopado Polonês com o Cardeal Primaz, traga paz e justiça à nossa Pátria” (João Paulo II, 1980b, p.1).

Apesar do intenso uso de metáforas e símbolos religiosos durante as manifestações, o episcopado polônes, após a extensão da duração da greve,

começou a solicitar que os trabalhadores voltassem às suas funções, temendo que os protestos resultassem em violência. Em consequência, ao final de Agosto, o primaz polonês, Stefan Wyszynski, faz uma aparição em televisão nacional, pedindo cautela ao movimento (Nascimento, 2019).

Independente do apelo das lideranças religiosas, as manifestações continuaram, até que, em 31 de Agosto de 1980, o primeiro acordo entre governo e trabalhadores foi firmado, permitindo a fundação de sindicatos livres. Durante a assinatura do acordo, Lech Wałęsa, presidente do Comitê de Greves, levou uma caneta que chamou demasiada atenção dos presentes. O objeto detinha expressivo tamanho, coloração vermelha e uma foto do Papa João Paulo II estampada.

Figura 1 - Wałęsa segurando caneta de Papa João Paulo II



Fonte: 43 Lata [...] (2023)

Três dias depois, outro acordo é assinado, atendendo às 20 reivindicações anteriormente postas pelo comitê de greve (Nascimento, 2019). Na mesma data, o Politburo<sup>1</sup> se reuniu para discutir os acordos recentemente aprovados. Durante a reunião, pontos como a significância e o preço da legalização da oposição socialista são levantados. Em adição, é discorrido que, com a consciência de que a oposição continuará juntando forças para atingir seu objetivo, o compromisso assinado será de caráter temporário, trazendo à tona o apoio externo aos opositores. Os presentes na reunião levantaram a necessidade de uma contra-ofensiva, que traga, acima de tudo, melhoria de vida aos trabalhadores, e outros pontos como o fortalecimento do

---

<sup>1</sup> O Politburo foi o órgão responsável por tomar as decisões políticas em nome do Partido Comunista, composto por figuras importantes do partido.

partido e controle das atividades das lideranças pastorais (CPSU CC Politburo, 1980).

Como resultado dos acordos, em 22 de Setembro, o sindicato Solidarność foi oficialmente fundado, marcando também, no mesmo dia, o fim das greves (Nascimento, 2019).

Uma crise desta magnitude não havia ocorrido ainda na Polônia, nem em nenhum país do bloco socialista. Como apontado por Stanislaw Kania, atual Primeiro Secretário do Partido, na Reunião de Líderes do Partido e do Estado do Pacto de Varsóvia, durante este período a Igreja católica se fortaleceu, e estabeleceu sua posição como defensora dos interesses materiais dos trabalhadores (Kania, 1980, p.3).

Logo no início do ano de 1981, uma delegação do sindicato Solidariedade visitou a Itália, através do convite de sindicatos locais. Em decorrência do convite, os membros da delegação, encabeçados por Lech Wałęsa, se reuniram com o Papa no Vaticano (CPSU CC Secretariat, 1981). Por conseguinte, Wojtyła realizou um discurso, referindo-se aos protestos do ano anterior com contentamento:

Alegro-me porque os acontecimentos do Outono passado, a começar das memoráveis semanas de Agosto, deram ocasião a que se manifestasse a mesma solidariedade, que chamou sobre si a atenção de vastas camadas da opinião pública do mundo inteiro. Todos salientaram a particular maturidade que a sociedade da Polónia — e de modo especial os homens do trabalho — manifestaram ao enfrentar e resolver os difíceis problemas, que se lhes apresentaram num momento crítico para o País. (João Paulo II, 1981a, p.1)

João Paulo II correlaciona diretamente os protestos ocorridos no Estaleiro Lênin com sua visita ao país, indicando seu contentamento e relativa intencionalidade com o adir dos eventos, principalmente com a projeção internacional atingida. Dessa maneira, há a expressão de uma aprovação moral e divina com a sucessão, e resultado, da organização da sociedade civil polonesa, juntamente com os objetivos expressados pela oposição.

Em seguida, o Papa exprime sua alegria com a aprovação do estatuto do sindicato em Novembro de 1980, colocando a criação da organização como um acontecimento de exímia importância, apontando que “que não existe — porque não deve existir — a contradição entre uma tal autónoma iniciativa social dos homens do trabalho e a estrutura do sistema que exalta o trabalho humano como valor fundamental da vida social e estatal” (João Paulo II, 1981a, p.2). Dessa forma, ele reitera a contradição na incongruência entre um sindicato trabalhista autónomo e um

sistema controlado pelo proletariado, trazendo caráter de credibilidade às manifestações. Em meio à fala, o Papa diz que a atividade do sindicato não detém caráter político, se eximindo da natureza hegemônica do movimento e de seu próprio posicionamento (João Paulo II, 1981a).

Dado o constante crescimento do Solidariedade, as autoridades soviéticas começam a intensificar seus níveis de preocupação. Em uma reunião do Politburo da URSS em Abril, o descontentamento com as constantes concessões ao Solidariedade é trazido à tona, e a possibilidade de implementação de uma Lei Marcial começa a tomar forma. Brezhnev, Secretário-Geral do Partido Comunista da União Soviética, traz a tona a necessidade de explicar o que “significa a introdução da lei marcial e explicar tudo com muita clareza” (CPSU CC POLITBURO, 1981a, p.5, tradução nossa), em resposta, Andropov, Presidente do Comitê de Segurança do Estado da URSS (KGB), concorda, afirmando que “a introdução da lei marcial significa o estabelecimento de um toque de recolher, restrições à circulação nas ruas da cidade e maior proteção para instituições estatais e partidárias, empresas, etc” (CPSU CC POLITBURO, 1981a, p.5, tradução nossa), apontando também, o reflexo do Solidariedade em meio à conjuntura polonesa: “Por conta da pressão dos líderes do Solidariedade, Jaruzelski amoleceu, e Kania recentemente começou a beber cada vez mais em excesso” (CPSU CC POLITBURO, 1981a, p.5, tradução nossa).

Em meio à instabilidade que a Polônia enfrentava, João Paulo II lança uma Carta Encíclica, provocativa, direcionada ao tema do trabalho. A carta, de extensa amplitude, ressalta a importância dos direitos e dignidade trabalhista, no qual põe em questão a consideração não somente da questão de classe, como também das desigualdades e injustiças mundiais, levando em consideração a divisão internacional de tarefas, que levará à justiça contemporânea (João Paulo II, 1981b).

O texto cita, com estimável frequência, a palavra solidariedade, principalmente na seção intitulada “Solidariedade dos homens do trabalho”, o qual cita indiretamente o sindicato polonês.

Foi precisamente por causa de uma dessas anomalias [das novas formas de trabalho] com grande alcance que nasceu, no século passado, a chamada questão operária, definida por vezes como « questão proletária ». Tal questão — bem como os problemas com ela ligados — deram origem a uma justa reacção social e fizeram com que surgisse e, poder-se-ia mesmo dizer, com que irrompesse um grande movimento de **solidariedade** entre os homens do trabalho e, em primeiro lugar, entre os trabalhadores da indústria. O apelo à **solidariedade** e à acção comum lançado aos homens do trabalho [...] tinha um seu valor importante e uma eloquência própria, sob o ponto de vista da ética social. Era a reacção contra a degradação do

homem como sujeito do trabalho e contra a exploração inaudita que a acompanhava, no campo dos lucros, das condições de trabalho e de previdência para a pessoa do trabalhador. Uma tal reacção uniu o mundo operário numa convergência comunitária, caracterizada por uma grande **solidariedade** (João Paulo II, 1981b, p.13).

Em continuidade, Wojtyła afirma que a solidariedade dos homens do trabalho ocasionou uma mudança profunda, que, a partir daquele momento, havia a possibilidade de participação efetiva na gestão e produção empresarial (João Paulo II, 1981b). Ademais, clama pela necessidade de novos movimentos de solidariedade, qual “deverá fazer sentir a sua presença onde a exijam a degradação social do homem-sujeito do trabalho, a exploração dos trabalhadores e as zonas crescentes de miséria e mesmo de fome” (João Paulo II, 1981b, p.14).

Posta as dificuldades que o governo polonês enfrenta, em Outubro, Jaruzelski é eleito como Primeiro Secretário do Partido dos Trabalhadores Unidos Poloneses. Diante da conjuntura atual do país, Jaruzelski propôs intensificar a participação militar em todas as esferas do Estado (CPSU CC POLITBURO, 1981b). Um mês após sua posse, o Primeiro Secretário organizou um encontro com Józef Glemp, cardeal polonês, e Wałęsa, propondo um acordo de frente nacional. Apesar da aprovação do Politburo polonês, Brezhnev, em uma carta à Jaruzelski, expõe sua preocupação referente às possíveis consequências de tal aliança, dizendo que existe um aproveitamento da influência da oposição com a população, que visa estabelecer uma vantagem na próxima eleição dos próximos conselhos nacionais, ou seja, visto como mais um passo para o colapso do sistema socialista polonês (Brezhnev, 1981).

Em dezembro o Politburo retomou suas discussões sobre a Lei Marcial, e aprovou, por unanimidade, sua implementação, juntamente com medidas contra figuras extremistas do Solidariedade. Dito consenso não se via há tempo em sessões do partido, como apontado por Ustinov no Politburo da União Soviética. O Estado polonês enfrenta uma carência de unidade, que transparece na aplicação emergencial da lei marcial no país (CPSU CC Politburo, 1981b). Considerando a unidade orgânica entre Estado e Sociedade Civil (separáveis apenas didática e metodologicamente) que marca o referencial teórico adotado neste trabalho, é possível perceber que as bases de sustentação da hegemonia do regime pró-URSS já estavam em cheque. Por outras palavras, em termos gramscianos, a hegemonia comporta situações históricas específicas em que é possível, inclusive, ser dirigente

ou estar em vias de alcançar tal condição sem ser dominante, sem comandar formalmente o aparelho jurídico e coercitivo do Estado (Gramsci, 2024a, p. 77).

A partir da aplicação da Lei Marcial, o cenário político polonês mudou consideravelmente, principalmente devido às restrições que começaram a vigorar no país. Entretanto, é possível verificar que o aparelho hegemônico católico foi aos poucos se estabelecendo fortemente durante os primeiros anos de papado de João Paulo II. A Igreja, e o próprio Papa, adquirem espaço na sociedade civil para a criação de consenso. Dessa maneira, inicia-se o gradativo afastamento da sociedade civil e do Estado em relação ao governo militar. Para fins da análise, há que se ponderar que os ditos “aparelhos privados” da hegemonia na sociedade civil, entre eles a Igreja e os outros movimentos oposicionistas, se posicionaram de forma dinâmica para buscar “assaltar” o domínio futuro do poder do Estado, controlado por um governo pró-URSS. Conforme escrito anteriormente, indícios de uma condição dirigente já apareciam de forma significativa.

## 2.2 Vigência Lei Marcial (1981 - 1983)

O tópico atual investiga como a sociedade civil reagiu à implementação da lei marcial, explorando a ação do Papa para com a nova dinâmica do Estado polonês, marcada significativamente repressão institucional. A inserção da Lei Marcial alterou consideravelmente a relações e tensões entre sociedade civil e Estado, consequentemente alterando a *modus operandi* da luta oposicionista.

Dentro da conjuntura polonesa, marcada pelo crescimento constante do movimento Solidariedade, a ameaça não assustava apenas o governo local, mas também todas as instâncias da União Soviética. O Kremlin temia que, sob pressão crescente, as manifestações polonesas pudessem se espalhar para o resto do bloco socialista. Além disso, embora o Solidariedade estivesse em expansão, em 1981 a Igreja Católica via-se enfraquecida após a morte de um de seus maiores líderes, o cardeal Stefan Wyszyński, e pela tentativa de assassinato do Papa João Paulo II em maio daquele ano. Aproveitando essa fragilidade institucional, o governo encontrou uma brecha para implementar a Lei Marcial, já planejada há meses (Burns, 2013).

Com a Lei Marcial em vigor, a autoridade executiva passou a ser exercida pelo Conselho Militar de Salvação Nacional, liderado por Jaruzelski. O órgão assumiu o controle das medidas emergenciais durante o estado de guerra. Como

resultado, todos os sindicatos e organizações foram suspensos — inclusive o Solidariedade, que havia sido legalizado pelos Acordos de Gdańsk. Foram adotadas medidas drásticas para suprimir ações sindicais: aglomerações foram proibidas (exceto em cultos religiosos), e toques de recolher foram impostos (Jocher, 2015).

Apesar das restrições, a Igreja Católica foi a única instituição que permaneceu relativamente ileso pelas medidas impostas pelo Estado. O regime adotou uma política conciliatória em relação à Igreja, reconhecendo seu poder de influência no país. Em troca, os líderes religiosos incentivaram a população a cumprir as imposições governamentais, buscando evitar um derramamento de sangue. A única posição oficial assumida pela Igreja foi a de rejeitar o confronto direto entre a população e o Estado (Jocher, 2015).

Por ser a única instituição independente em funcionamento durante a lei marcial, a Igreja Católica tornou-se um pilar essencial para a sustentação do movimento Solidariedade. Ao oferecer não apenas espaços físicos, mas também apoio ideológico, a instituição religiosa consolidou-se como uma alternativa concreta ao regime marxista-leninista (Jocher, 2015). Além disso, desempenhou um papel de sustentáculo moral, promovendo atividades culturais e iniciativas que reforçavam a resistência pacífica.

A postura conciliatória da Igreja Católica contribuiu para que a maioria dos protestos do período evitassem a violência, manifestando-se por meio de cânticos religiosos e atos simbólicos de fé. Um exemplo emblemático ocorreu em agosto de 1982, em Lublin, quando manifestantes ergueram túmulos simbólicos em memória aos Acordos de Gdańsk. Nesses memoriais, depositaram flores sobre uma placa que celebrava a liberação da cidade da ocupação nazista em 1944 — alusão crítica ao domínio do Partido Comunista na Polônia. Os túmulos eram decorados com símbolos religiosos e políticos, tais como a imagem da Virgem Negra de Częstochowa, insígnias do Solidariedade e cruces confeccionadas com ossos de peixe (Jocher, 2015).

O Estado, apesar de suas tentativas de secularização, reconhecia o poder da Igreja e frequentemente fazia concessões para aproveitar sua influência mediadora e conter o descontentamento social. As missas tornaram-se os únicos espaços tolerados para a expressão de oposição ao regime, atraindo até mesmo não fiéis. Segundo Życiński (1992, *apud* Jocher, 2015), a participação em eventos religiosos

aumentou cerca de dez vezes durante esse período, evidenciando o papel da Igreja como refúgio ideológico e espaço de oposição.

As iconografias religiosas eram amplamente utilizadas como metáforas de resistência, estabelecendo uma analogia entre o sofrimento da população polonesa e o martírio dos santos católicos. Essa associação simbólica manifestava-se claramente em expressões como "Polônia, Cristo das Nações", que equiparava o sacrifício do país ao calvário de Jesus (Jocher, 2015).

"Dessa forma, observa-se que, na conjuntura polonesa pós-Lei Marcial, embora a sociedade civil tenha acatado as restrições do regime sem reações massivas, a Igreja Católica consolidou-se progressivamente como a liderança central desse cenário. Conseqüentemente, em um contexto político restritivo, os cultos religiosos transformaram-se no único âmbito permitido para reunião pública, facilitando tanto a organização oposicionista quanto a construção de consenso anticomunista.

Nesse período, Wojtyła manteve interlocução constante com o governo dos Estados Unidos, culminando no encontro de 7 de junho de 1982. As tratativas visavam coordenar estratégias para transformar o cenário político polonês, articulando duas ações complementares: a manutenção de sanções econômicas pelo governo Reagan, como parte da pressão internacional, e o planejamento da visita papal à Polônia. Esta última tinha o duplo objetivo de mobilizar a sociedade civil, por meio de discursos públicos, e abrir canais de negociação direta com o regime (Ferreira; Honorato, 2016).

Reagan, contudo, já havia iniciado uma campanha de pressão internacional contra o governo polonês antes mesmo do encontro com o pontífice. Em discurso proferido em 23 de dezembro de 1981, o presidente estadunidense afirmou que o Ocidente apoiava a população polonesa em sua resistência ao regime, destacando paralelamente o papel da Igreja Católica. Adicionalmente, advertiu que a persistência da repressão estatal aos protestos em curso acarretaria conseqüências geopolíticas severas, afirmando que se a Polônia não cessar imediatamente as repressões contra os protestos, tais ações custariam ao país futuros acordos com os Estados Unidos e seus aliados" (Ferreira; Honorato, 2016).

As declarações presidenciais materializaram-se em conseqüências econômicas imediatas: a Polônia viu-se impossibilitada de acessar empréstimos de instituições financeiras ocidentais e enfrentou obstáculos substanciais na

renegociação de sua dívida externa. O impacto foi amplificado pela revogação do *status* de nação mais favorecida no âmbito do GATT<sup>2</sup> (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio). Este mecanismo, baseado no princípio de não discriminação, obrigava os países signatários a estender à Polônia as mesmas concessões tarifárias e condições comerciais favoráveis oferecidas a qualquer outro país-membro, salvo exceções limitadas. Tal cláusula visava assegurar equidade nas relações comerciais internacionais entre as nações signatárias. A suspensão desse direito transformou imediatamente as exportações polonesas em alvo de tarifas elevadas, agravando exponencialmente a crise econômica nacional (Ferreira; Honorato, 2016).

Diante do acirramento das tensões sociais decorrentes do colapso econômico, a figura de João Paulo II adotou uma postura crítica em relação à Lei Marcial. Imediatamente após a decretação do Estado de Guerra, o pontífice enviou uma carta direta ao general Wojciech Jaruzelski, na qual evocava o histórico de sofrimento da nação polonesa. Em seu apelo, o Papa defendia a prevenção de novos conflitos violentos e a retomada da resistência pacífica, método que caracterizara os protestos anteriores (Jocher, 2015).

Em agosto de 1982, durante as comemorações do 600º aniversário da chegada da imagem da Virgem Negra de Czestochowa, o governo polonês negou a João Paulo II a autorização para participar das celebrações. Essa decisão motivou o pontífice a declarar publicamente seu desejo de retornar à Polônia, causando apreensão nas autoridades, especialmente pelo precedente dos protestos massivos ocorridos durante sua visita em 1979. Embora não tenha comparecido, o evento reuniu aproximadamente 200.000 pessoas, demonstrando a força do sentimento religioso na sociedade polonesa (Jocher, 2015).

A perspectiva da visita de João Paulo II à Polônia em 1983 gerou profunda preocupação no governo polonês, que temia os possíveis desdobramentos políticos do evento. As autoridades antecipavam que a presença do pontífice poderia não apenas reavivar o movimento Solidariedade e ampliar a influência da Igreja Católica, mas também desestabilizar a frágil ordem geopolítica do bloco soviético. Esse temor fundamentava-se no precedente estabelecido durante a primeira visita papal em

---

<sup>2</sup> O *status* de nação mais favorecida no GATT representava um dos princípios da organização, visando o princípio da não discriminação no comércio internacional. Assim, a revogação de tal *status* a um país culmina na revogação de tratamento privilegiado e não discriminatório que anteriormente era garantido, permitindo a imposição de sanções, taxas discriminatórias, entre outros, por parte de seus membros.

1979, quando as manifestações de massa demonstraram o potencial mobilizador da figura do Papa sobre a população polonesa (Jocher, 2015).

Diante dessa situação delicada, iniciaram-se negociações entre representantes eclesiais e o governo, que culminaram em um acordo de reciprocidade. O Estado comprometeu-se a suspender temporariamente o estado de guerra e conceder anistia a presos políticos com motivações religiosas, enquanto a Igreja assumia a responsabilidade por manter a ordem pública durante os eventos da visita. Esse entendimento permitiu uma relativa flexibilização do regime repressivo durante o período da estadia papal no país (Jocher, 2015).

A suspensão temporária da Lei Marcial ocorreu durante a visita papal de 1983, evidenciando a consolidação da Igreja Católica, e da figura de João Paulo II, como aparelhos privados de hegemonia no sentido gramsciano. Tal episódio demonstra a atuação concreta da religião na estrutura de poder do Estado polonês, visando gradativamente consolidar uma ordem alternativa já estabelecida no imaginário popular.

Em suas homilias, João Paulo II (1983a) abordou com profundidade teológica e política a situação da Polônia sob a Lei Marcial. O pontífice destacou o impacto internacional das medidas autoritárias, agradeceu o apoio da comunidade global à causa polonesa e espiritualizou o processo de resistência, atribuindo à Providência Divina a superação dos desafios nacionais. Seu discurso propunha ainda um projeto de renovação social baseado na reconstrução da confiança entre Estado e sociedade civil, enfatizando a necessidade de um esforço coletivo para edificar um futuro melhor para a nação. Essa argumentação refletia a peculiar posição da Igreja como mediadora entre as aspirações populares e as estruturas de poder estabelecidas, demonstrando, também, o evidente afastamento entre a sociedade civil e o Estado, e a posição estratégica da Igreja em meio às tensões.

A visita de Wojtyła à Polônia em 1983 reconfigurou profundamente o cenário político e simbólico do país, revitalizando um nacionalismo que fora sistematicamente sufocado durante o período da Lei Marcial. Através de seus discursos, João Paulo II (1983b) não apenas deu voz à insatisfação social latente, mas também reposicionou a Igreja Católica como força legitimadora da resistência, papel que havia sido enfraquecido desde os eventos de 1981. Essa dinâmica tornou-se particularmente evidente durante a homilia proferida em Wrocław, quando o pontífice articulou o sentimento coletivo como uma "fome de justiça", afirmando

explicitamente que tal anseio atingira seu ápice nos anos recentes. Suas palavras ecoavam de forma estrategicamente contextualizada:

Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça! Há aqui em Breslávia e na Baixa Silésia, e em toda a Polónia, muitos homens, muitíssimos homens, que têm fome e sede de justiça. [...] Esta fome e sede de justiça manifestaram-se de modo particular nos últimos anos (João Paulo II, 1983b).

Ao encerrar a reflexão com a promessa escatológica: "Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados!" (João Paulo II, 1983b), o papa transcendia o mero consolo espiritual para construir uma narrativa de esperança política ativa. Essa retórica sacralizava a luta social ao atribuir-lhe dimensão divina, transformando o sofrimento coletivo em caminho de redenção nacional.

A visita de João Paulo II à Polónia em 1983 consolidou seu alinhamento político com o movimento de resistência, evidenciado pelo emblemático encontro com Lech Wałęsa, líder do Solidariedade. Esse ato revelou o papel estratégico do pontífice na orientação tática do movimento. Durante o diálogo, Wojtyła exortou Wałęsa a adotar métodos mais moderados, priorizando estratégias discursivas de propaganda e de mobilização simbólica em detrimento de protestos massivos, demonstrando seu papel no *modus operandi* da oposição (Ferreira; Honorato, 2016).

João Paulo II também se encontrou com Jaruzelski e, significativamente, recusou qualquer acordo formal com o general, reafirmando assim sua posição crítica frente ao regime socialista (Burns, 2013).

A presença papal catalisou uma sofisticada linguagem de resistência simbólica, na qual metáforas religiosas foram instrumentalizadas para contestação política. Exemplar foi a recepção no aeroporto, onde um banner adaptava a saudação "Seja bem-vindo, Papa" utilizando a tipografia e cores emblemáticas do Solidariedade, apropriando-se da iconografia para fins de mobilização civil. De modo geral, as homilias e aparições públicas transcorreram sem incidentes maiores, caracterizando-se pela atmosfera pacífica que marcou a visita. Contudo, registrou-se uma exceção significativa em 21 de junho, quando cerca de cem jovens organizaram um protesto de apoio ao movimento, resultando em intervenção policial (Jocher, 2015)

Em suma, a visita de João Paulo II à Polónia durante a vigência da Lei Marcial catalisou processos de resistência civil que transcenderam o âmbito religioso (Szumiło, 2024). Como reconheceu um relatório desclassificado da KGB (1983), a

peregrinação de Wojtyła "reanimou o sentimento patriótico e transformou tendências anti-regime, antes cultivadas clandestinamente pelo Solidariedade, em movimento político articulado publicamente" (Arquivo Mitrokhin, 1992, *apud* ANDREW, 2005, p. 417).

Devido à pressão da sociedade civil, Jaruzelski revogou as medidas da Lei Marcial em 21 de julho daquele ano, cerca de um mês após a visita do Papa. No mesmo mês, Lech Wałęsa recebeu o Prêmio Nobel da Paz. Em seu discurso, o líder do Solidariedade apelou ao Partido Operário Unificado Polaco que aceitasse o diálogo com o sindicato, argumentando que seu desejo era demonstrar ao mundo que até mesmo situações complexas poderiam ser resolvidas por meio do diálogo (Perrone, 2012).

Durante o período da Lei Marcial, apesar das restrições implementadas e a relativa aceitação por parte da sociedade civil da nova conjuntura, Nessa conjuntura, a dinâmica política culminou na consolidação da Igreja como um aparelho hegemônico e dirigente. Tal posição foi favorecida pelo seu status de única instituição autônoma frente a um governo imerso em profunda crise de autoridade..

Nesse contexto, o papa ocupa uma posição ímpar e cada vez mais relevante como um aparelho privado de hegemonia, consolidando-se como mediador entre a sociedade civil polonesa – materializada no Solidariedade de Wałęsa – e a sociedade política, por meio de negociações diretas com Jaruzelski e interlocuções com Ronald Reagan.

Durante a próxima sessão iremos nos debruçar sobre as decorrências do período pós Lei Marcial, buscando compreender como a sociedade civil se comportou às novas medidas políticas e ao fortalecimento da Igreja como aparelho privado de hegemonia.

### 2.3 A distensão pós-Lei Marcial (1983 - 1984)

A Lei Marcial foi oficialmente revogada em 22 de julho de 1983, após 586 dias de vigência, marcando o fim simbólico do WRON (Wojskowa Rada Ocalenia Narodowego – Conselho Militar de Salvação Nacional). A revogação formal da Lei Marcial representou muito mais que um gesto de normalização: foi a expressão máxima da crise orgânica do regime, que tentava recompor uma aparência de legitimidade sem abandonar os mecanismos de dominação. Dessa maneira, este

tópico percorrerá os anos posteriores à revogação da lei, buscando compreender a reorganização da dinâmica societária, e conseqüentemente da oposição. O período foi marcado por uma debilidade do Estado, que em meio à uma crise de legitimação, não conseguia atuar fortemente frente à sociedade civil, e sua inevitável reorganização.

Concomitante ao comunicado de revogação da Lei Marcial, o regime anunciou uma anistia, que excluiu 11 líderes do Solidariedade e do KSS (Krajowa Sekcja Służby Zdrowia – Seção Nacional da Saúde), fazendo com que permanecessem encarcerados sem sentença formal. Essa anistia seletiva revelava a estratégia contraditória do governo: ao mesmo tempo que buscava projetar uma imagem de "normalização" através do levantamento formal da Lei Marcial, mantinha a repressão direta à oposição, evidenciando a crise orgânica do regime, incapaz de reconstruir seu consenso sem recorrer à coerção (Eisler, 1992). A anistia seletiva assim não foi apenas um ato repressivo, ao manter presos políticos, o regime admitia sua dependência da força, enquanto a Igreja capitalizava este paradoxo para ampliar sua autoridade moral como voz legítima da sociedade civil.

Tais anistias também foram utilizadas numa tentativa de negociar as sanções internacionais que o país enfrentava, projetando uma imagem de normalização em troca de acordos. A proposta não teve o retorno esperado, culminando somente em isolamento internacional e pressões econômicas. A crise econômica polonesa se agravava em paralelo à desagregação sistêmica do bloco soviético, acelerada pela morte de Leonid Brejnev em 1982 e pela subsequente instabilidade de sucessão no Kremlin (Ekiert, 1996). O período de transição mostrou-se incapaz de formular uma resposta coesa à crise estrutural, criando um vácuo de liderança que reverberou em todos os satélites do Leste Europeu. Dessa forma, a instabilidade se mostrava de duas formas: internamente, o regime mostrava-se incapaz de produzir consenso sem coerção; externamente, o centro hegemônico soviético revelava-se impotente para coordenar seu próprio bloco.

A morte de Leonid Brejnev em 1982 marcou o início de um período de significativa instabilidade hegemônica no centro do bloco socialista, com profundas repercussões para a Polônia. Brejnev não apenas personificava a política de intervenção nos assuntos dos países satélites através da Doutrina Brejnev, mas também representava a continuidade de um sistema que dependia de sua liderança para manter a coesão interna e externa. Sua morte abalou os alicerces do controle

soviético sobre o Leste Europeu, criando um vácuo de poder que enfraqueceu a capacidade de Moscou de coordenar e impor a desmobilização da oposição de forma eficaz nos países do bloco.

A ascensão de Yuri Andropov foi breve, marcando um conturbado mandato, seguido pela rápida sucessão de Konstantin Chernenko, também de saúde frágil e com um governo igualmente curto, que expôs a crise orgânica que se instalara no topo da liderança soviética. Esta sequência de governos efêmeros e enfraquecidos minou a autoridade central de Moscou e, conseqüentemente, reduziu a capacidade de pressão direta sobre os regimes satélites, incluindo o da Polônia.

Para o governo de Jaruzelski, essa fragilidade no centro do poder soviético representou uma dupla face, a complicação do desgastado projeto de normalização pós-Lei Marcial e, por outro lado, a menor ingerência de Moscou concedeu a Varsóvia um grau inédito de autonomia para gerir seus assuntos internos. Foi nesse contexto de relativa flexibilidade que a Igreja Católica polonesa, operando como um aparelho privado de hegemonia, expandiu sua influência e consolidou-se como mediadora e voz legítima da sociedade civil. Assim, passou a ocupar os espaços sociais que o Estado, debilitado pela crise do socialismo real, já não conseguia preencher.

Apesar da revogação formal da Lei Marcial, o processo de "normalização" era superficial, revelando a natureza paradoxal do regime pós-1983. O Parlamento polonês implementou uma legislação excepcional para perpetuar, ainda que de forma atenuada, medidas emergenciais vigentes nos anos anteriores, justificadas pela necessidade de superação da crise socioeconômica. Concessões limitadas de anistia foram promulgadas, porém sem impactar estruturalmente a condição de figuras políticas-chave, o que permitiu a continuidade de práticas ilegais. Nesse contexto, fragmentou-se a elite governante: a coalizão originalmente coesa em apoio à imposição da Lei Marcial desintegrou-se ante divergências sobre os rumos do processo de normalização. As cisões concentraram-se primordialmente na redefinição do papel do partido, nas estratégias de desmobilização social, nas políticas econômicas pós-estado de exceção, no espaço concedido aos sindicatos e nas táticas de contenção da oposição. Diante desse vácuo decisório, o general Wojciech Jaruzelski concentrou poderes executivos, defendendo a crença de que não haveria possibilidade de restauração da conjuntura anterior a 1981. Conseqüentemente, sua política perpetuou-se ao longo de todo o período pós-Lei

Marcial, cristalizando um regime que mantinha estruturas de exceção sob nova roupagem institucional (Ekiert, 1999).

Nesse contexto de pseudo-normalização, o governo polonês buscou construir uma "normalidade" performativa para a sociedade civil, tentando ressignificar sua hegemonia em crise. Um exemplo emblemático foi a visita do vice-primeiro-ministro Mieczysław Rakowski ao Estaleiro de Gdańsk em 31 de agosto de 1984, data simbólica do terceiro aniversário dos Acordos de Gdańsk (Eisler, 1992).

A presença de Lech Wałęsa no encontro, dialogando publicamente com Rakowski, foi estrategicamente transmitida pela televisão estatal, marcando a primeira aparição de um líder do Solidariedade em rede nacional desde a imposição da Lei Marcial (Eisler, 1992). Essa encenação de "conciliação", porém, revelava a contradição do regime: ao mesmo tempo que buscava cooptar o movimento operário para legitimar-se, mantinha a repressão à sociedade civil, dinâmica típica de um Estado que perdeu o consenso sem abandonar a força.

Em meio à complexa conjuntura política polonesa, um desenvolvimento internacional de grande significado ocorreu: a formalização das relações diplomáticas entre os Estados Unidos e o Vaticano. Em janeiro de 1984, o presidente Ronald Reagan anunciou oficialmente a nomeação de William A. Wilson como primeiro embaixador plenipotenciário dos EUA junto à Santa Sé, marcando o primeiro reconhecimento diplomático completo neste nível na história estadunidense (Essig; Moore, 2009).

Este movimento estratégico refletia a crescente importância geopolítica de João Paulo II para a administração Reagan, inserindo-o no centro do tabuleiro da Guerra Fria como ator transnacional singular. O pontífice polonês havia se tornado uma figura singular no cenário internacional: seu firme posicionamento contra o governo socialista em sua terra natal não apenas captava a atenção do Ocidente, mas também o transformava em um canal privilegiado de comunicação entre as superpotências. Sua posição singular possibilitava ao Vaticano municiar os Estados Unidos com informações estratégicas sobre a Polônia e todo o bloco soviético. Simultaneamente, atuava como 'intelectual orgânico'<sup>3</sup> da hegemonia ocidental,

---

<sup>3</sup> O intelectual orgânico, como ente individual ou coletivo, desempenha um papel central na organização da cultura e na produção e reprodução de uma hegemonia, uma concepção de mundo. No caderno carcerário 12, Gramsci atribuiu aos sacerdotes na Idade Média tal papel porque eles detinham o monopólio das letras e do ensino. Henry Ford, no início do século XX, seria um exemplo de intelectual orgânico na medida em que concebeu teórica e praticamente o fordismo não somente como um modelo de gestão mas também como o conteúdo mais amplo da hegemonia estadunidense

articulando um discurso que amalgamava direitos humanos, liberdade religiosa e anticomunismo.

A Polônia enfrentava, além da falta de apoio interno, severas sanções e crescente isolamento internacional. Dependente de auxílio econômico ocidental, o país via-se simultaneamente afetado pela crise sistêmica de sucessão da União Soviética, que abandonava progressivamente o marxismo-leninismo como paradigma viável. A imposição da Lei Marcial em dezembro de 1981 justificara-se como único recurso para evitar uma invasão soviética, conjugada à promessa de recuperação econômica. Contudo, consolidava-se no aparato estatal a consciência de que a repressão institucionalizada, desacompanhada de melhorias tangíveis na qualidade de vida, jamais conquistaria o apoio popular necessário à estabilização do regime (Ekiert, 1999).

Como destacado anteriormente, a Igreja desempenhou um papel fundamental durante a Lei Marcial, atuando simultaneamente como um guarda-chuva para atividades independentes e rede de apoio aos diretamente afetados pelas restrições. Após a revogação das medidas, a instituição eclesiástica manteve-se como um espaço autônomo de atuação cultural, social e política, organizando com frequência eventos, exposições e apresentações que não haviam obtido autorização estatal.

Este protagonismo era possível porque a Igreja havia construído, ao longo da década de 1980, uma posição hegemônica através de uma rede de instituições paralelas que assumiram posições dirigentes, embora não estivessem situadas no aparato dominante estatal, ficando à sombra nas lacunas do sistema socialista. Seu *status* único tornava-a praticamente inatingível para o regime: as concessões obtidas nos anos anteriores (como acesso à mídia, liberdade educacional e isenções fiscais) não apenas permaneciam intactas como se expandiam graças à diplomacia vaticana e ao capital simbólico acumulado por João Paulo II (Ekiert, 1999).

Nesse novo período, o governo alternava entre conceder benefícios à oposição e impor novas restrições. Em julho de 1984, por exemplo, houve uma anistia política, mas logo em seguida mais de 800 pessoas foram presas por motivos políticos. Essa oscilação evidencia a dificuldade das autoridades em suprimir a oposição. Paralelamente, a estratégia ambivalente do governo impunha desafios ao

---

enquanto revolução passiva. Ou seja, como uma "modernização conservadora". Tal discussão está presente no caderno 22, "Americanismo e Fordismo" (Gramsci, 2024b, 2024c).

Solidariedade, que buscava retomar suas atividades legalmente e abandonar a clandestinidade (Ekiert, 1999).

Em uma estratégia de legitimação controlada, o regime socialista polonês autorizou a realização de eleições locais e parlamentares em 1984, buscando projetar uma imagem de normalização democrática. Contudo, o processo foi marcado por intensa repressão: entre 1º e 3 de maio, manifestações de rua eclodiram em diversas cidades, resultando na detenção de 686 pessoas apenas no primeiro dia (Eisler, 1992).

O Solidariedade organizou um bem-sucedido boicote às eleições, deixando claro não apenas a insatisfação popular com o processo controlado pelo regime, mas também a demanda por reformas democráticas substantivas (Ekiert, 1999). Enquanto o governo divulgava uma participação eleitoral de 74,77%, pesquisas independentes realizadas em 20 de junho apontavam um comparecimento real de apenas 57,4% (Eisler, 1992). Essa discrepância escancarou mais uma derrota do governo em sua tentativa de construir instituições capazes de integrar a sociedade civil à sociedade política, aprofundando o distanciamento entre governo e população (Ekiert, 1999).

Nesse contexto político adverso, o Solidariedade enfrentava sérios obstáculos à mobilização, decorrentes tanto do legado repressivo da Lei Marcial quanto das incertezas estratégicas do período pós-repressão. Um exemplo emblemático foi a política migratória implementada pelo regime em 1984, que visava esvaziar a sociedade civil ao incentivar a emigração de opositores. Embora o Solidariedade tenha lançado uma campanha pela permanência dos cidadãos, o afrouxamento das restrições de viagem resultou em um êxodo significativo, que, somado a outros fatores, contribuiu decisivamente para a desmobilização do movimento naquele ano (Ekiert, 1999).

Dentre as motivações para o fim da Lei Marcial, destaca-se a pressão internacional. A Polônia, dependente de financiamento ocidental, buscava convencer esses países de que restabelecia a estabilidade política e adotara uma postura moderada. Ao recuar, o governo revelou sua submissão tanto às pressões externas quanto aos aparelhos privados de hegemonia. Esse contexto ampliava-se pela crise econômica do bloco socialista, que era incapaz de apoiar financeiramente a Polônia. Assim, o recuo do governo não foi suficiente para o afrouxamento das sanções, culminando na persistência da delicada situação econômica mesmo após o fim da

Lei Marcial. O resultado foi uma crise financeira extrema, expressa em hiperinflação e déficit na balança de pagamentos (Ekiert, 1999).

O assassinato do padre Jerzy Popiełuszko em outubro de 1984 representou um ponto de ruptura na relação entre o Estado socialista e a sociedade civil polonesa. Líder religioso vinculado ao Solidariedade, sua morte, executada por três agentes do Ministerstwo Spraw Wewnętrznych (Ministério de Assuntos Internos), tornou-se um símbolo de resistência. O funeral, marcado pela presença maciça de civis, do Primaz Józef Glemp e de delegados do sindicato, transformou-se em um ato político, evidenciando a Igreja como espaço de organização da sociedade civil frente ao Estado (Eisler, 1992).

Este episódio marcou a transformação definitiva de Popiełuszko em mártir hegemônico, apropriando sua figura como símbolo unificador. O assassinato fracassou, do ponto de vista do governo, porque não haveria como desestabilizar a posição crescentemente hegemônica da Igreja com violência pontual. Assim, a morte de Popiełuszko não suprimiu a oposição, mas densificou seu poder simbólico.

O julgamento dos agentes da segurança estatal responsáveis pelo assassinato do padre Jerzy Popiełuszko, realizado entre 27 de dezembro de 1984 e 7 de fevereiro de 1985, representou um ato político onde o regime tentou, sem sucesso, restaurar sua legitimidade em crise. A condenação do capitão Grzegorz Piotrowski, do coronel Adam Pietruszka e dos tenentes Leszek Pękala e Waldemar Chmielewski cumpriu uma função dupla: simultaneamente sacralizou Popiełuszko como mártir e expôs a crise de legitimidade do regime, já que a violência estatal, longe de suprimir a dissidência, reforçou a narrativa do Solidariedade como movimento ético e a Igreja como instituição capaz de unificar a oposição (Eisler, 1992).

Dessa maneira, a Polônia enfrentava um período em busca de sólida legitimação, faltante em grande parte devido à disputa com que realizava com aparatos “privados” de construção hegemônica, com ênfase na atuação da Igreja em tal. Assim, o Estado entende-se em sua dificuldade de recuperar a moral pró-URSS em meio a sociedade civil, buscando meios por diversas vezes controversos para realizá-lo.

### 3 PERESTROIKA E GLASNOST

Após a consolidação do papel da Igreja Católica, sob a liderança de João Paulo II, como um aparelho privado de hegemonia capaz de disputar o consenso social, e o aprofundamento da crise orgânica que assolava a Polônia desde a imposição da Lei Marcial, o presente capítulo se concentra no período final e decisivo do colapso do socialismo polonês. Este segmento do trabalho se dedica a analisar a transição negociada do regime socialista para a democracia liberal na Polônia, cobrindo os anos cruciais entre 1985 e 1990. O ponto de partida é a ascensão de Mikhail Gorbachev ao cargo de Secretário-Geral do PCUS em março de 1985, e a subsequente adoção das políticas de *Perestroika* e *Glasnost*, que redefiniram as relações de Moscou com seus satélites, concedendo ao regime de Jaruzelski uma inédita margem de manobra.

O objetivo central deste capítulo é demonstrar como a conjugação de fatores externos e a pressão interna, intensificada pela crise econômica e pela dívida externa, levaram o Partido Operário Unificado Polaco (PZPR) a negociar sua própria substituição. A discussão será organizada em dois eixos: I) Início da abertura do regime (1985–1986), que detalha os primeiros sinais de flexibilização e o reformismo ambíguo do governo, em paralelo à consolidação da Igreja como influência religiosa internacional e mediadora; e II) Colapso do socialismo polonês (1987–1990), que culmina na derrocada efetiva do regime. Esta última seção analisará o reconhecimento tácito da Igreja como mediadora indispensável, o fracasso das reformas econômicas conservadoras de 1986-1988, o retorno massivo da sociedade civil, e as negociações da Mesa Redonda (fevereiro a abril de 1989).

#### 3.1 Início da abertura do regime (1985-1986)

A morte de Konstantin Chernenko em março de 1985 marcou a ascensão de Mikhail Gorbachev ao cargo de Secretário-Geral do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Experiente dirigente soviético, Gorbachev iniciaria profundas reformas no bloco socialista através da *Perestroika* (reestruturação econômica) e da *Glasnost* (transparência política) - políticas que redefiniriam as relações entre Moscou e seus satélites (Ekiert, 1996). Portanto, nesta sessão iremos adentrar como tais mudanças na dinâmica do bloco soviético alteraram a ordem polonesa,

concentrando no período inicial de abertura, no qual as primeiras evidências de afrouxamento começaram a surgir. Em paralelo, iremos evidenciar a Igreja Católica ganhando maior força e visibilidade ao assumir um papel mediador, como também alcançar relevância e visibilidade internacional.

Este novo cenário geopolítico teve impacto imediato na Polônia. Com a URSS voltada para suas próprias transformações internas, o regime do general Wojciech Jaruzelski ganhou margem de manobra inédita. Como observa Ekiert (1996), o país deixou de ser prioridade na agenda soviética, permitindo a Varsóvia afastar-se progressivamente da ortodoxia marxista-leninista sem temer intervenção direta.

As sanções internacionais começaram a ser atenuadas após 1984, em resposta à relativa moderação do governo Jaruzelski e como estratégia para incentivar mudanças na política interna do país. Essa flexibilização permitiu a reintegração da Polónia ao Banco Mundial e ao FMI em 1986 (Ekiert, 1996), marcando uma virada no seu isolamento econômico (Ekiert, 1996).

Paralelamente, consolidava-se o reconhecimento internacional do papel de João Paulo II como influência religiosa contra o regime socialista. não apenas na Polónia, mas em todo o Leste Europeu. João Paulo II, como foi possível verificar nos capítulos anteriores, mantinha uma posição firme contra o regime, conjuntamente ao seu comportamento como aparato hegemônico estadunidense. Porém, com tal posição solidificada, o Papa expandira sua atuação para outras nações satélites. Um exemplo emblemático ocorreu em fevereiro de 1985, quando enviou carta ao presidente tchecoslovaco Gustáv Husák denunciando a perseguição religiosa no país, comparando-a a situações "mais graves que em nações do Terceiro Mundo". O Governo não viu com bons olhos a mensagem, e se posicionou com uma campanha contra o Papa através da mídia (Szumiło, 2024).

Alguns meses após, em Junho de 1985, o Papa publicou a *Encíclica Slavorum Apostoli*, a qual dava ênfase à evangelização dos países eslavos. O documento, que exaltava os santos Cirilo e Metódio como símbolos da identidade cultural eslava, serviu de prelúdio para uma ação estratégica: em julho do mesmo ano, o Papa visitou Velehrad, na Tchécoslováquia, onde 250 mil pessoas, incluindo grandes personalidades religiosas, estiveram presentes. O evento culminou em um dos maiores protestos contra a política religiosa depois de anos no país (Szumiło, 2024). O evento demonstrava a capacidade do Papa como intelectual orgânico ao mobilizar a sociedade civil além das fronteiras polonesas. Por outras palavras e

como uma hipótese preliminar de trabalho, o pontífice desempenhava um papel relevante na organização e reprodução da cultura e de uma concepção de mundo. Para as autoridades soviéticas, confirmava-se o temor de que o ativismo religioso, articulado por Wojtyła, pudesse se expandir para todo o bloco socialista..

Em meados de 1985, o governo de Jaruzelski via-se fortalecido pela fragmentação organizacional do Solidariedade, cuja capacidade de mobilização reduzia-se após o boicote eleitoral de 1984. Aproveitando a fragilidade da oposição, o regime intensificou as medidas repressivas – estratégia que culminaria, em maio de 1986, com a prisão de Zbigniew Bujak, líder histórico da rede clandestina do sindicato desde a imposição da Lei Marcial. Paradoxalmente, essa ofensiva ocorria quando o movimento atingia seu ponto mais baixo: sem conseguir articular protestos significativos desde 1984, o Solidariedade via-se acuado. Até mesmo Lech Wałęsa escapou por pouco de uma nova detenção no início de 1986 (Brown, 1988).

Em julho de 1986, realizou-se o X Congresso do Partido Operário Unificado Polaco (PZPR), o primeiro desde a imposição da Lei Marcial, em 1981. O evento teve como convidado central Mikhail Gorbachev, cujo discurso endossou publicamente Jaruzelski e sinalizou o alinhamento de Varsóvia às reformas soviéticas. O evento foi marcado por uma nova onda voltada para o reformismo (Brown, 1988).

A ambiguidade da posição de Gorbachev refletia-se no próprio congresso: enquanto Jaruzelski anunciou "aberturas democratizantes" (como a criação de um Conselho Consultivo), manteve a proibição do Solidariedade. Essa contradição expunha o que seria o cerne da Perestroika na Polônia: uma reforma conservadora, destinada a preservar o poder do partido. (Brown, 1988).

A ambiguidade que marcou a percepção sobre Gorbachev em 1986, visto então como modernizador do sistema, não como reformista disruptivo, dissipou-se definitivamente durante o 11º Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) em fevereiro de 1987. Foi ali que o líder soviético declarou, de forma inequívoca, que a reforma política radical era não apenas necessária, mas inevitável, posicionando-se publicamente como um agente transformador. Esse realinhamento ideológico criou condições inéditas para os satélites do Leste Europeu: na Polônia, Jaruzelski, agora respaldado por Moscou, implementou medidas até então impensáveis, como a anistia dos presos políticos, que será abordada posteriormente. (Ekiert, 1996).

A reestruturação política impulsionada por Gorbachev na URSS trouxe transformações profundas, especialmente no campo das liberdades civis, promovendo um afrouxamento significativo das restrições religiosas, ainda que de forma insuficiente para a Igreja Católica, que exigia a legalização plena de suas atividades e a devolução de propriedades confiscadas (Szumiło, 2024).

Na esfera internacional, a nova postura soviética materializou-se em gestos simbólicos e estratégicos. Em outubro de 1985, Gorbachev e sua esposa Raisa Maximovna realizaram uma visita pioneira à França. Dois meses depois, em novembro de 1985, ocorreu em Genebra o primeiro encontro de cúpula EUA-URSS desde 1979. Gorbachev e Reagan, embora sem acordos concretos, estabeleceram uma relação pessoal que pavimentaria o Tratado de Forças Nucleares Intermediárias (INF) em 1987 (Eisler, 1992).

A estratégia econômica de Gorbachev para a Polônia centrava-se no fortalecimento das relações comerciais bilaterais, visando ampliar as exportações polonesas de bens. Essa abordagem buscava criar uma interdependência calculada: a Polônia ganharia mercados estáveis para seus produtos, enquanto a URSS fornecia insumos essenciais para sua combatida economia. Paralelamente, os soviéticos renegociaram a dívida polonesa, que atingia a expressiva cifra de 5 bilhões de rublos, adiando seu pagamento integral para após 1990. (Skrzypek, 2002). Essa dinâmica paradoxal, ao mesmo tempo, encobria relações de dependência assimétrica, evidenciando uma decomposição do bloco ao demonstrar a incapacidade da potência em manter seu projeto econômico sem recorrer a concessões que minavam sua própria autoridade.

Jaruzelski agora tendia à uma abordagem reformista, devido à mudança geopolítica que a União enfrentava, mas também numa tentativa de conciliação com a sociedade civil, que ainda assim se posicionava com resistência a qualquer tentativa de reaproximação do Estado.

A anistia concedida pelo governo Jaruzelski em setembro de 1986 configurou-se como uma manobra política complexa, cujo alcance foi intencionalmente limitado: enquanto libertava cerca de 225 presos políticos de perfil secundário, excluiu estrategicamente líderes-chave como Zbigniew Bujak e manteve a ilegalidade do Solidariedade. Em resposta, e surpreendente apoio à posição do Governo, a Igreja e o Solidariedade apelaram pela revogação total das sanções internacionais. Assim, gradativamente, as relações com o Ocidente começaram a

melhorar (Ekiert, 1996). Tal movimentação política ocasionou uma mudança na opinião pública, fazendo com que a população tivesse mais ímpeto de participar de atividades de política pública (Brown, 1988). Simultaneamente, a anistia foi um ato que surpreendeu a oposição, e conseqüentemente a dividiu (Ekiert, 1996).

O programa de reformas econômicas de Gorbachev, formalmente lançado no XXVII Congresso do PCUS (fevereiro-março de 1986), representava uma tentativa audaciosa de reestruturar o modelo soviético sem abandonar seus fundamentos socialistas. Contrariamente à narrativa simplificada, seu núcleo não se limitava à racionalização de gastos, mas propunha uma revolução gerencial: descentralização parcial, introdução de mecanismos de mercado, foco na modernização tecnológica, especialmente na indústria de máquinas-ferramenta e robótica, e também recuperar o prestígio do Partido. Dessa maneira, Gorbachev buscava tornar realidade a sociedade e o Estado que tinha em mente, colocando em prática um novo pensamento à União Soviética (Skrzypek, 2002).

As transformações promovidas por Gorbachev incluíram uma reconfiguração radical da cúpula dirigente soviética. Em julho de 1985, Andrei Gromyko - figura emblemática da diplomacia da Guerra Fria, no cargo desde 1957 - foi substituído por Eduard Shevardnadze no Ministério das Relações Exteriores. Esta mudança não era meramente cosmética: Shevardnadze personificava a ruptura com a velha guarda brejnevista e a adoção da nova mentalidade que orientaria a política externa soviética. A dinâmica relacional dentro do partido também foi completamente alterada, fazendo com que a estrutura da burocracia e hierarquia do Partido fosse rompida. Em conseqüência, também é possível notar que a política de Gorbachev ocasionou uma reavaliação da postura da União com relação aos Estados Unidos, e conseqüentemente à Polônia (Skrzypek, 2002).

Em meio às discussões de desarmamento entre a URSS e os Estados Unidos, Reagan aceitou ir até Moscou e negociar com Gorbachev, culminando no cessar da corrida por militarização do espaço que vinha acontecendo nos últimos anos (Skrzypek, 2002).

A reconfiguração das relações entre o bloco socialista e a Santa Sé sob Gorbachev emergiu como um eixo estratégico da nova política externa soviética. A partir de 1988, o Kremlin passou a enxergar João Paulo II não mais como uma ameaça, mas como um mediador indispensável na estabilização do Leste Europeu percepção que teria conseqüências decisivas para a Polônia (Skrzypek, 2002).

### 3.2 Colapso do socialismo polonês (1987-1990)

Esta seção final se dedica à análise do colapso do socialismo polonês no período compreendido entre 1987 e 1990, culminando na derrocada efetiva do regime estabelecido. A análise debruça-se sobre os fatores e eventos que precipitaram essa dissolução política e institucional.

No início de 1987, Jaruzelski fez uma visita histórica ao Papa João Paulo II, evidenciando a fragilidade que o regime enfrentava, recorrendo a Igreja como aparato apaziguador capaz de modificar o status da sociedade civil (Ferreira; Honorato, 2016). O evento representou o reconhecimento tácito pelo Estado de que a Igreja Católica operava como um aparelho privado de hegemonia capaz de disputar o consenso social na Polônia. Ao buscar a mediação papal, Jaruzelski admitia a incapacidade do regime em estabilizar a crise orgânica que o assolava desde a imposição da Lei Marcial, recorrendo à autoridade moral do Papa. Essa inversão de papéis, onde o Estado laico busca legitimidade em uma instituição religiosa, ilustrava o colapso do Estado socialista.

Em sequência ao encontro no Vaticano, a terceira visita de João Paulo II à Polônia em junho de 1987 consolidou o papel da Igreja como mediadora indispensável entre Estado e sociedade civil. O regime de Jaruzelski via na presença do Papa uma oportunidade de projetar uma imagem de normalização perante a comunidade internacional, acreditando que seu capital simbólico poderia conferir legitimidade às frágeis estruturas de poder (Szumilo, 2024). Contudo, o evento transcendeu amplamente essa visão instrumentalista. As multidões que saudaram o Papa não o faziam como mero símbolo religioso, mas como representante de uma autoridade ética alternativa à do partido. Sua presença reativou redes de solidariedade e debate político que o Estado não conseguia controlar, reconfigurando o espaço público como palco de disputa hegemônica. O regime subestimara a capacidade da Igreja, sob liderança de João Paulo II, de funcionar como aparelho privado hegemônico, catalisando aspirações democráticas que ultrapassavam amplamente os limites da negociação controlada.

O Partido posicionava-se em claro recuo estratégico ao reconhecer no Papa e na Igreja Católica atores indispensáveis para uma possível moderação e negociação com a sociedade civil. Esse movimento foi registrado com notável clareza por

Mieczysław Rakowski, membro influente do Partido Operário Unificado Polaco, que em seus diários pessoais admitia abertamente a crença de que o Papa e a Igreja emergiam como os verdadeiros vencedores da complexa conjuntura política que o país enfrentava. Rakowski percebia com clareza crescente o papel fundamental exercido por Karol Wojtyła na organização e ascensão da oposição na Polônia, destacando como sua liderança moral e espiritual havia catalisado e dado forma às demandas democráticas da sociedade (Szumilo, 2024).

Nesse momento crítico, o reconhecimento do peso crescente do aparelho hegemônico comandado por Wojtyła era amplamente compartilhado entre as autoridades polonesas, que se viam diante de uma realidade geopolítica complexa marcada pela percepção de impotência frente à hegemonia estadunidense em ascensão. Neste contexto desfavorável, o recurso à figura do Papa surgia como uma das poucas alternativas viáveis para o regime, numa tentativa de utilizar sua autoridade moral como instrumento de apaziguamento e controle da sociedade civil. A estratégia revelava tanto o desespero do partido quanto o reconhecimento tácito de que a Igreja Católica, sob a liderança de João Paulo II, havia se tornado o verdadeiro pólo de poder alternativo na Polônia, capaz de articular e representar as aspirações nacionais de forma mais efetiva que o próprio Estado socialista.

O itinerário papal deliberadamente concentrou-se nos bastiões do Solidariedade no litoral báltico – Gdansk, Gdynia e Szczecin – transformando cada parada em um ato de consagração simbólica da resistência operária (Szumilo, 2024). Ao empregar reiteradamente o termo "solidariedade" em discursos que entrelaçavam linguagem religiosa e direitos humanos, João Paulo II realizou uma apropriação semântica que ressignificou o movimento sindical: de organização ilegal a causa moral legítima. Suas homilias mencionaram os trabalhadores mortos em 1970, que causaram grande comoção nacional juntamente com a visita ao túmulo do padre Popiełuszko, mártir cujo assassinato pelas forças de segurança encapsulava a violência de Estado contra a dissidência (Szumilo, 2024).

Em Gdańsk, o encontro com Lech Wałęsa, mediado pelo bispo local, constituiu um momento de legitimação da liderança sindical. Ao receber publicamente o fundador do Solidariedade, o Papa conferiu à figura até então criminalizada um reconhecimento ético. Este gesto funcionou como investidura simbólica de Wałęsa como representante legítimo da sociedade civil, equiparando sua autoridade moral à dos políticos do partido (Eisler, 1992).

Em sua Homilia em Gdansk, intitulada Missa para o Mundo do Trabalho, João Paulo II operou um jogo semântico ao ressignificar o termo "solidariedade" como princípio teológico-político fundamental. Sua afirmação: "Não pode haver luta mais eficaz que a solidariedade. Não pode haver um programa de luta melhor que o da solidariedade. Caso contrário, os fardos tornam-se demasiado pesados" (João Paulo II, 1987, p.3), desloca a noção de conflito de classes para um plano de união moral sem abandonar a ideia de transformação social.

Esta reformulação não era abstracta: ao proferir estas palavras no epicentro do movimento operário polonês, perante os estaleiros onde trabalhadores foram massacrados em 1970, João Paulo II batizou teologicamente a resistência secular. A homilia funcionou como discurso performativo que sacralizou a luta social ao vinculá-la à carga simbólica do fardo cristão, desarmou a retórica estatal que pintava o Solidariedade como movimento divisionista e forneceu um enquadramento moral unificador para católicos e secularistas. Ao declarar que "os fardos tornam-se demasiado pesados" sem solidariedade, o Papa articulou uma crítica implícita ao colapso do pacto social socialista, onde o Estado já não cumpria seu papel de protetor.

Em sua homilia em Gdansk, João Paulo II desenvolveu uma reflexão sobre a dignidade do trabalho que transcendia a reivindicação econômica. Ao defender não apenas o direito a um salário justo, mas sobretudo o direito de participação nas decisões tanto do ambiente laboral quanto da sociedade em geral, o Papa articulava uma crítica substantiva ao sistema socialista. Esta perspectiva representava a aproximação com as aspirações democráticas da sociedade civil polonesa, ao mesmo tempo que se distanciava radicalmente do modelo imposto pelo Partido.

Sua crítica ao conceito de luta de classes como dinâmica que transforma o outro em "adversário completo", ao invés de um sujeito passível de acordo, constituía uma condenação teológico-política do marxismo-leninismo em sua essência. Ao rejeitar a lógica que fundamentava a legitimidade do Estado socialista, João Paulo II não apenas questionava o conceito, mas propunha uma alternativa baseada no reconhecimento mútuo e na possibilidade de conciliação. Esta posição permitia-lhe, simultaneamente, apoiar as reivindicações operárias e distanciar-se da retórica de confronto promovida pelo Solidariedade mais radical. Assim, tece um julgamento em relação ao regime num todo: "se a organização da vida coletiva comporta molduras demasiado estreitas para as possibilidades e iniciativas

humanas – mesmo que isso aconteça em nome de alguma motivação 'social' – bem, isso, infelizmente, é contra a sociedade” (João Paulo II, 1987, p.3).

Ao concluir, o líder religioso afirmou que rezava diariamente pelo país, e “esta particular herança polonesa: ‘Solidariedade’. Rezo por quanto estão ligados a esta herança, em particular por aqueles que tiveram ou têm de fazer sacrifícios por ela” (João Paulo II, 1987, p.4)

A partir da consolidação do Papa como aparelho privado de hegemonia, as transformações geopolíticas impulsionadas por Gorbachev impulsionam as tendências hegemônicas estabelecidas pelo aparelho privado, em específico, a Igreja. Foi no contexto de uma nova orientação reformista soviética que Jaruzelski passou a adotar retoricamente a linguagem das reformas (Brown, 1988). Mas o ponto de viragem definitivo ocorreu em dezembro de 1988, quando Gorbachev, perante a Assembleia Geral da ONU, proclamou o fim da Doutrina Brejnev e o direito à "liberdade de escolha" dos povos do Leste Europeu. Este discurso representou a renúncia explícita de seu papel de garantidor da ortodoxia socialista através da força (Skórzynski, 2012).

Para a Polônia, a declaração teve efeito imediato pois deixava o regime de Jaruzelski exposto à pressão da sociedade civil organizada, permitindo que o aparelho da Igreja, até então contido pela ameaça de intervenção, acelerasse sua ofensiva política, culminando nas negociações da Mesa Redonda em fevereiro de 1989.

O período entre 1986 e 1988 representou uma tentativa ambígua de reformas econômicas. O regime de Jaruzelski, pressionado pela crise econômica e pelo reformismo emergente de Gorbachev, promoveu medidas que visavam criar um sistema auto-sustentável através de autofinanciamento e maior autonomia de governança. Entre estas mudanças incluiu-se a abolição do sistema mono-bancário e a abertura limitada à criação de cooperativas e empresas privadas, medidas que orientavam a Polônia na direção de um peculiar "socialismo de mercado"(Shields, 2012).

Contudo, estas reformas geraram contradições insolúveis: embora o controle estatal tenha sido parcialmente flexibilizado, o núcleo duro do poder decisório permaneceu firmemente nas mãos do Partido, impedindo uma verdadeira transição para mecanismos de mercado eficientes. Este reformismo pela metade, que não adotou uma reestruturação neoliberal, mas apenas reativou projetos inconclusos do

passado, revelou-se incapaz de modernizar a base produtiva do país. A indústria polonesa permaneceu tecnologicamente desatualizada e marginalizada no mercado internacional, aprofundando ao invés de resolver os problemas econômicos estruturais (Shields, 2012).

Esta crise orgânica da economia traduziu-se em consequências diretas para a sociedade civil: o desabastecimento de insumos básicos e a deterioração da qualidade de vida corroíam ainda mais a já frágil legitimidade do regime (Shields, 2012). O fracasso das reformas econômicas demonstrou assim a incapacidade do aparelho estatal em produzir consenso através do bem-estar material, criando as condições objetivas para o colapso final do sistema.

Ao final de 1987, a economia polonesa encontrava-se paralisada por uma crise, a dívida externa de 36 bilhões de dólares não representava apenas um desequilíbrio financeiro, mas a incapacidade estrutural do regime em cumprir suas promessas de bem-estar material. Apesar de ganhos pontuais nas exportações, o país permanecia num beco sem saída econômico onde o fracasso das reformas de Jaruzelski exacerbava o colapso produtivo e a escassez de bens essenciais (Brown, 1988). Esta crise material criou uma abertura política decisiva, a necessidade desesperada de renegociar a dívida com credores ocidentais forçou o regime a fazer concessões que transcendessem o econômico para ingressar no político. Como observa Skórzyński (2012), o FMI e o Banco Mundial condicionavam novos empréstimos não apenas a ajustes macroeconômicos, mas a gestos de abertura democrática que incluíssem o reconhecimento formal da oposição. Desta forma, ao buscar salvação econômica no Ocidente, Jaruzelski foi compelido a aceitar que a sobrevivência do Estado passava pelo reconhecimento de atores até então criminalizados (Skórzyński, 2012).

Em decorrência da crise orgânica que se aprofundava, a Polônia assistiu ao surgimento de um fenômeno que representava a autodemolição do socialismo polonês, a transformação da nomenklatura partidária em nova burguesia emergente. A partir de 1980, e de forma acelerada após 1986, segmentos da elite do Partido Operário Unificado Polaco (PZPR) iniciaram uma migração gradual para o empreendedorismo privado, catalisando um processo de "acumulação primária" através da venda de ativos estatais. Gradualmente vemos uma mudança na mentalidade dessa elite partidária, que em conjunto com a desintegração da política

e economia polonesa, resultara num reconhecimento homogêneo que insistir na reforma do socialismo não era mais uma saída (Skórzynski, 2012).

A transformação ideológica do Solidariedade durante seu período de clandestinidade pós-Lei Marcial representou um dos processos mais significativos de reconfiguração da oposição. Se em sua origem o movimento encarnava a busca por um socialismo baseado em autogestão operária e democracia participativa, a repressão de 1981 e a subsequente marginalização forçada catalisaram uma virada pragmática rumo a correntes neoliberais então em ascensão no Ocidente. A mudança na liderança soviética e a ascensão de Gorbachev aceleraram esta tendência. Assim, o que começara como movimento pela autogestão operária transformou-se, em sua fase final, num aparelho de signo neoliberal, paradoxalmente impulsionado pela mesma exaustão sistêmica que atingira o socialismo de Estado (Skórzynski, 2012).

As manifestações de abril e maio de 1988 marcaram o retorno da sociedade civil ao palco político polonês após anos de repressão pós-Lei Marcial. Estas mobilizações massivas não foram espontâneas, mas resultado da infraestrutura clandestina construída pela oposição durante os anos de perseguição. As demandas combinavam reivindicações econômicas imediatas, como salários e condições de trabalho, com a exigência política central: a restauração legal do Solidariedade. O epicentro do movimento se concentrava nas fábricas onde comitês sindicais foram reativados (Ekiert, 1996).

Como último recurso perante o colapso iminente, Jaruzelski viu-se forçado a prometer negociações diretas com a oposição, especificamente com o Solidariedade (Szumilo, 2024). O Partido operava sob a ilusão de que as dissensões internas no movimento, agravadas pelas anistias seletivas de 1986, haviam fragmentado suficientemente o sindicato para enfraquecer sua capacidade de negociação coesa. Entretanto, a realidade revelou o contrário, longe de estar dividido, o Solidariedade demonstrou uma notável capacidade de organização. Paralelamente, o Partido Operário Unificado Polaco atravessava processo inverso de desagregação, suas estruturas políticas desintegravam-se sob o peso de contradições, enquanto sua elite cada vez mais cética quanto à viabilidade do socialismo, acelerava sua conversão ao pragmatismo capitalista. Esta assimetria entre uma oposição coesa e um regime em decomposição criou as condições para a Mesa Redonda de 1989,

onde o Partido seria forçado a negociar sua própria substituição por um novo bloco histórico liderado pelo Solidariedade (Ekiert, 1996).

As negociações da Mesa Redonda Polonesa, realizadas entre fevereiro e abril de 1989, focavam num aspecto específico do Estado, das reformas políticas ao pacto anti-crise económico, mas todas convergiam numa direção única: a transição negociada para o capitalismo como único horizonte possível após o colapso do projeto socialista. O acordo estabeleceu os parâmetros para a participação do Solidariedade nas eleições semidemocráticas<sup>4</sup> de junho de 1989, mas seu significado representava o reconhecimento oficial da oposição. Enquanto os representantes do sindicato apresentavam propostas coerentes para reformas económicas, os negociadores do Partido se revelaram incapazes de formular alternativas socialistas viáveis (Skórzynski, 2012).

Como papel mediador destas discussões, estava a Igreja, que comumente realizou este papel nos últimos anos. A mediação das discussões pela Igreja polonesa era um ato aprovado pelo Papa, e que culminou também no apoio da instituição a muitos candidatos de oposição. Fator também decisivo no resultado eleitoral que ocorreria (Szumilo, 2024).

Os Acordos da Mesa Redonda marcaram um ponto de viragem histórico ao estabelecerem as bases para as primeiras eleições parcialmente livres na Polônia desde 1947. O resultado mais imediato foi a criação de um parlamento bicameral com limitações calculadas: enquanto 65% dos assentos do Sejm (câmara baixa) permaneciam reservados ao Partido Operário Unificado Polaco e seus aliados, mais de um terço dos lugares tornava-se elegível para candidatos independentes, e todos os 100 assentos do recém-criado Senado estariam em disputa aberta (Ferreira; Honorato, 2016). Em consequência, em abril de 1989, o governo concedeu a legalização ao Solidariedade, ato que transformou formalmente o sindicato de movimento clandestino em ator político legítimo. O desfecho eleitoral de junho revelaria a profundidade da crise orgânica do socialismo polonês, já que todos os assentos disponíveis para não-comunistas no Sejm foram conquistados por candidatos do Solidariedade, que também obtiveram 99 das 100 cadeiras no Senado (Polak, 2004). O resultado não foi apenas promissor para a oposição, representou o colapso definitivo da legitimidade do regime.

---

<sup>4</sup> Neste trabalho a palavra “democrático é utilizado em seu sentido liberal.

Após os resultados eleitorais de junho de 1989, o equilíbrio de poder na Polônia sofreu uma transformação radical. A formação de coligações parlamentares revelou a impotência progressiva do Partido Operário Unificado Polaco (PZPR), que assistiu à erosão acelerada de sua base de poder institucional. Jaruzelski, eleito presidente pela câmara do Sejm ainda controlada pelos comunistas em julho de 1989, viu-se progressivamente encurralado por uma oposição que agora detinha legitimidade eleitoral indiscutível. O momento decisivo ocorreu em agosto de 1989, quando o próprio Partido Comunista aceitou a indicação de Tadeusz Mazowiecki, membro da oposição, como primeiro-ministro (Skórzyński, 2012). Esta capitulação política, onde um governo não-comunista assumia o poder pela primeira vez no bloco soviético, marcou simbolicamente o fim da hegemonia partidária não apenas na Polônia, mas como modelo exportável para todo o Leste Europeu .

O processo de liberalização acelerada que se seguiu operou uma reconfiguração completa do campo político. Assim, o controle do Partido sobre o rumo nacional desintegrou-se em questão de semanas. Os acordos de Mesa Redonda deixaram evidente a inabilidade do Partido Comunista de restabelecer a ordem do regime (Ekiert, 1996). Assim, marca-se o fim da hegemonia da URSS e das classes pró-soviéticas na Polônia, marcada pelas lideranças governamentais e empresas estatais, que gradativamente perderam sua hegemonia e controle sobre o andar da política polonesa.

A passividade de Moscou face às transformações na Polônia em 1989 representou o desmonte final do aparato hegemônico soviético no Leste Europeu. Em 2 de julho, ainda antes das eleições polonesas, o conselheiro de Gorbachev para Negócios Estrangeiros afirmou categoricamente que as relações com a Polônia se manteriam "independentemente do governo escolhido", declaração que efetivamente revogava a Doutrina Brejnev na prática. Quatro dias depois, no Conselho da Europa, Gorbachev aprofundaria esta posição ao proclamar solenemente que "a mudança constitucional e governamental de um país cabe somente a ele mesmo", consagrando o princípio de soberania nacional como norma das relações intrabloco (Skórzyński, 2012).

A verdadeira preocupação soviética não centrava-se na perda da Polônia, mas no efeito dominó desestabilizador para as repúblicas soviéticas. Gorbachev temia que um nacionalismo polonês anti-russo radicalizado pudesse incendiar o restante do bloco, pondo em risco a integridade territorial da própria URSS. Ou seja,

sua passividade não era mera aceitação, mas opção pelo mal menor numa equação onde todas as alternativas pareciam más. Esta postura, ainda que pragmaticamente inevitável, selou o destino do bloco socialista. Ao renunciar ao uso da força, Moscou expôs a realidade de que a coerção era seu único instrumento de hegemonia remanescente (Skórzynski, 2012).

A dissolução formal do Partido Operário Unificado Polaco (PZPR) ocorreu em seu 11º Congresso, em 27 de janeiro de 1990. Os meses seguintes testemunhariam uma reconfiguração sistêmica acelerada que transcendeu a mera mudança de governo: as estruturas de poder foram desmontadas, a economia iniciou sua transição para o capitalismo. Tais mudanças culminaram nas eleições presidenciais de dezembro de 1990, que consagraram Lech Wałęsa como primeiro presidente democraticamente eleito da Polônia pós-comunista (Eisler, 1992). A eleição de Wałęsa representou a consolidação da hegemonia estadunidense na Polônia, amparada pelo papel da Igreja Católica e de João Paulo II como instrumento desta hegemonia, ao desempenhar atuação significativa nos aparatos privados de construção hegemônica na Polônia. O líder operário que emergiu do movimento sindical agora implementava o projeto neoliberal que transformaria a Polônia em economia de mercado.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, este estudo buscou analisar a atuação internacional de Karol Wojtyła na Polônia durante a Guerra Fria, sendo possível apontar seu notável exercício, em conjunto à Igreja Católica, nos aparatos privados da hegemonia estadunidense em meio à sociedade civil polonesa.

Assim sendo, a partir do momento em que João Paulo II é eleito como Papa, seus primeiros anos como Pontífice constroem um novo terreno ideológico, reformando a moral polonesa, e conseqüentemente a ideologia de tal população. Portanto, em termos gramscianos, gradativamente é possível verificar a consolidação da posição dirigente dos aparelhos privados oposicionistas, a partir da forte atuação da Igreja Católica e de João Paulo II, como em vias de alcançar a condição de dirigente, sem necessariamente ser dominante, ou ao menos comandar o aparelho jurídico e coercitivo do Estado.

A aplicação da Lei Marcial, por si só, alterou bruscamente o cenário político. Entretanto, com o afastamento do Estado da sociedade civil (em termos puramente metodológicos) devido às fortes restrições do período, a Igreja Católica gradativamente se estabeleceu como força hegemônica. Ela se contrapôs ao regime ao preencher a lacuna deixada pelo aparelho estatal, catalisando assim a criação de consenso. Portanto, tal dinâmica política, conseqüentemente, resulta no estabelecimento da Igreja como aparelho hegemônico completo.

A posterior revogação formal da Lei Marcial representou a expressão máxima da crise orgânica do regime, numa evidente tentativa de recompor sua legitimidade, ao mesmo tempo sem abandonar os mecanismos de dominação. Tal período foi também marcado pela lacuna de liderança por parte da URSS, culminando em uma instabilidade externa e interna na Polônia. Após Gorbachev assumir o cargo de Secretário-Geral, a conjuntura do bloco soviético foi alterada consideravelmente devido à adoção das políticas de *Perestroika* e *Glasnost*. A partir dos primeiros momentos de flexibilização, o regime de Jaruzelski usufruiu de certa margem de manobra, antes impossibilitada por Moscou.

Em sua última viagem à terra natal, prévia à derrocada do Estado soviético polonês, João Paulo II não era mais visto apenas como um símbolo religioso, mas como um autoridade ética alternativa à do partido, marcando a reconfiguração do espaço público como palco de disputa hegemônica.

Diante da conjugação dos fatores externos e a pressão interna, o PZPR negociou sua própria substituição a partir da mediação do próprio aparelho hegemônico católico. Em consequência, há o desmanche da hegemonia e das classes pró-URSS, consolidando a hegemonia estadunidense com o iminente fim da Guerra Fria, marcada pela atuação dos aparelhos privados de construção hegemônica, que atuaram com forte presença da Igreja Católica, e de Karol Wojtyła, em meio ao bloco soviético que se via em constante agonia.

Em virtude dos aspectos observados, foi possível concluir que Karol Wojtyła atuou como expressão da hegemonia religiosa na sociedade civil polonesa, contribuindo para o enfraquecimento do regime socialista na Polônia entre os anos de 1978 e 1989. Seu papado marcou o Estado polonês através da implementação de uma nova moral e reforma ideológica, ao mesmo tempo que fortaleceu o papel da Igreja como aparato hegemônico, consolidando-a como dominante em meio a sociedade civil. Tal apontamento conclusivo, portanto, confirma a hipótese enunciada no início deste texto.

## REFERÊNCIAS

43 LATA temu w Gdańsku zostały podpisane Porozumienia Sierpniowe. **TVP Polonia**, Warszawa, 31 ago. 2023. Disponível em: <https://polonia.tvp.pl/72392838/43-lata-temu-w-gdansk-zostaly-podpisane-porozumienia-sierpniowe>. Acesso em: 26 mar. 2025.

BARKER, Colin. Crises and turning points in revolutionary development: emotion, organization and strategy in Solidarnosc, 1980-81. **Interface: a journal for and about social movements**, Maynooth, v. 2, n. 1, p. 79-117, may 2010.

BREZHNEV, Leonid. **CPSU CC Politburo Protocol (extract) and Text of Oral Message from Brezhnev to Jaruzelski**. 21 nov. 1981. Wilson Center Digital Archive, TsKhSD, F. 89, Op. 42, D. 27. Disponível em: <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/110483>. Acesso em: 08 nov. 2025.

BROWN, James F. **Poland since martial law**. Santa Monica: The RAND Corporation, 1988.

BURNS, Kathryn. **More Catholic than the Pope: an analysis of Polish devotion to the Catholic Church**. 2013. Senior Thesis (Bachelor of Arts in History) – Union College, Schenectady, 2013.

CPSU CC POLITBURO. **Excerpt from Minutes No. 213, CPSU Politburo meeting, 3 September 1980**: Theses for a conversation with representatives of the Polish leadership. **The Bukovsky Archives**. 03 sep. 1980. Top Secret, Special File, Pb 213/38. Tradução de Mark Kramer. Disponível em: <https://bukovsky-archive.com/2016/07/09/3-september-1980-pb-21338/>. Acesso em: 26 mar. 2025.

CPSU CC POLITBURO. **Session of the CPSU CC Politburo, 02 April 1981 (excerpt)**. 02 apr. 1981a. **Wilson Center Digital Archive**, TsKhSD, f. 89, op. 42, d. 39. Disponível em: <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/112758>. Acesso em: 08 nov. 2025.

CPSU CC POLITBURO. **Session of the CPSU CC Politburo**. 10 dec. 1981b. Tradução de Mark Kramer. **Wilson Center Digital Archive**, TsKhSD, F. 89, Op. 66, D. 6, L1. 1-11. Disponível em: <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/110482>. Acesso em: 08 nov. 2025.

CPSU CC SECRETARIAT. Instructions to the Soviet ambassador in Italy regarding Lech Walesa's visit to the country: Letter to Central Committee from Ponomaryov. **The Bukovsky Archives**. 14 jan. 1981. St 246/1. Disponível em: <https://bukovsky-archive.com/2016/07/08/14-january-1981-st-2461/>. Acesso em: 08 nov. 2025.

EISLER, Jerzy. **Zarys dziejów politycznych Polski 1944-1989** [Esboço da história política da Polónia 1944-1989]. Warszawa: Polska Oficyna Wydawnicza "BGW", 1992.

EKIERT, Grzegorz. **The state against society**: political crises and their aftermath in East Central Europe. Princeton: Princeton University Press, 1996.

ESSIG, Andrew M.; MOORE, Jennifer L. U.S.–Holy See Diplomacy: The Establishment of Formal Relations, 1984. **The Catholic Historical Review**, Washington, D.C., v. 95, n. 4, p. 741-764, oct. 2009.

FERREIRA, Marcos Alan S. V.; HONORATO, Renan. A política externa da Santa Sé na transição política polonesa: o papel do Papa João Paulo II (1978-1989). **Revista de Estudos Internacionais (REI)**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 6-31, 2016.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: caderno 1 (XVI): 1929-1930: primeiro caderno. Tradução de Rocco Lacorte. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024a. Disponível em:  
<https://storage.googleapis.com/production-hostgator-brasil-v1-0-9/739/971739/23GwhSwA/e290b8734980428cb07b71bbacbedcbe?fileName=Caderno%201.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2025.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: caderno 12 (XXIX): 1932: apontamentos e notas esparsas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. Tradução de Maria Margarida Machado. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024b. Disponível em:  
<https://storage.googleapis.com/production-hostgator-brasil-v1-0-9/739/971739/23GwhSwA/4ec65ca869ce49cb95a3401891ebc59e?fileName=Caderno%2012.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2025.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: caderno 22 (V): 1934: americanismo e fordismo. Tradução de Lincoln Secco e Sílvia de Bernardinis. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024c. Disponível em:  
<https://storage.googleapis.com/production-hostgator-brasil-v1-0-9/739/971739/23GwhSwA/3a3bf0eafe3c4cd3ad7c2248369ee38b?fileName=Caderno%2022.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2025.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX 1914-1991. 2. ed. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

JOÃO PAULO II, Papa. **Audiência Geral**. 20 ago. 1980a. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1980. Disponível em:  
[https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/audiences/1980/documents/hf\\_jp-ii\\_aud\\_19800820.html](https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/audiences/1980/documents/hf_jp-ii_aud_19800820.html). Acesso em: 08 nov. 2025.

JOÃO PAULO II, Papa. **Carta Encíclica Laborem Exercens do Sumo Pontífice João Paulo II**: aos veneráveis irmãos no episcopado, aos sacerdotes, às famílias religiosas, aos filhos e filhas da Igreja e a todos os homens de boa vontade sobre o trabalho humano no 90º aniversário da Rerum Novarum. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1981b. Disponível em:  
[https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf\\_jp-ii\\_enc\\_14091981\\_laborem-exercens.html](https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_14091981_laborem-exercens.html). Acesso em: 08 nov. 2025.

JOÃO PAULO II, Papa. **Carta Encíclica Redemptor Hominis do Sumo Pontífice**. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1979a. Disponível em:

[https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf\\_jp-ii\\_enc\\_04031979\\_redemptor-hominis.html](https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_04031979_redemptor-hominis.html). Acesso em: 08 nov. 2025.

JOÃO PAULO II, Papa. **Discorso di Giovanni Paolo II ai pellegrini polacchi**. 28 ago. 1980. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1980b. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/it/speeches/1980/august/documents/hf\\_jp-ii\\_spe\\_19800828\\_pellegrini-polonia.html](https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/it/speeches/1980/august/documents/hf_jp-ii_spe_19800828_pellegrini-polonia.html). Acesso em: 08 nov. 2025.

JOÃO PAULO II, Papa. **Discurso do Papa João Paulo II à delegação do Sindicato Independente Autônomo Polaco "Solidarnosc" presidido por Lech Walesa**. 15 jan. 1981. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1981a. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/1981/january/documents/hf\\_jp-ii\\_spe\\_19810115\\_solidarnosc.html](https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/1981/january/documents/hf_jp-ii_spe_19810115_solidarnosc.html). Acesso em: 08 nov. 2025.

JOÃO PAULO II, Papa. **Homilia do Santo Padre durante a solene concelebração no campo de concentração de Auschwitz - Birkenau**. 07 jun. 1979. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1979c. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/homilies/1979/documents/hf\\_jp-ii\\_hom\\_19790607\\_polonia-brzezinka.html](https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/homilies/1979/documents/hf_jp-ii_hom_19790607_polonia-brzezinka.html). Acesso em: 08 nov. 2025.

JOÃO PAULO II, Papa. **Homilia do Santo Padre na Praça da Vitória em Varsóvia**. 02 jun. 1979. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1979b. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/homilies/1979/documents/hf\\_jp-ii\\_hom\\_19790602\\_polonia-varsavia.html](https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/homilies/1979/documents/hf_jp-ii_hom_19790602_polonia-varsavia.html). Acesso em: 08 nov. 2025.

JOÃO PAULO II, Papa. **Homilia do Santo Padre no Santuário da Santa Cruz**. 09 jun. 1979. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1979d. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/homilies/1979/documents/hf\\_jp-ii\\_hom\\_19790609\\_polonia-mogila-nowa-huta.html](https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/homilies/1979/documents/hf_jp-ii_hom_19790609_polonia-mogila-nowa-huta.html). Acesso em: 08 nov. 2025.

JOÃO PAULO II, Papa. **Homilia do Santo Padre: viagem apostólica do Papa João Paulo II à Polónia, solene concelebração em Wroclaw**. 1983. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1983b. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/homilies/1983/documents/hf\\_jp-ii\\_hom\\_19830621\\_wroclaw.html](https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/homilies/1983/documents/hf_jp-ii_hom_19830621_wroclaw.html). Acesso em: 08 nov. 2025.

JOÃO PAULO II, Papa. **Message of John Paul II to the Secretary General of the United Nations**. 02 dec. 1978. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1978. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/en/messages/pont\\_messages/1978/documents/hf\\_jp-ii\\_mes\\_19781202\\_segretario-onu.html](https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/en/messages/pont_messages/1978/documents/hf_jp-ii_mes_19781202_segretario-onu.html). Acesso em: 08 nov. 2025.

JOÃO PAULO II, Papa. **Messa per il mondo del lavoro a Danzica omelia di Giovanni Paolo II: viaggio apostolico in Polonia**. 1987. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1987. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1LHXQ9a75Ad53Ycr8gVd9xtZKajjJ6i6WyTanhTDCME/edit?tab=t.0>. Acesso em: 08 nov. 2025.

JOÃO PAULO II, Papa. **Santa Missa dedicada a Nossa Senhora das Graças padroeira de Varsóvia homilia do Santo Padre: viagem apostólica do Papa João Paulo II à Polónia**. 17 jun. 1983. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1983a.

Disponível em:

[https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/homilies/1983/documents/hf\\_jp-ii\\_hom\\_19830617\\_stadio-x-anno.html](https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/homilies/1983/documents/hf_jp-ii_hom_19830617_stadio-x-anno.html). Acesso em: 08 nov. 2025.

JOCHER, Jessica. **The political role of the Catholic Church in Poland under martial law, 1981-1983**. 2015. Thesis (Master of Philosophy) – School of History and Politics, University of Adelaide, Adelaide, 2015. Disponível em: <https://digital.library.adelaide.edu.au/server/api/core/bitstreams/39b61123-ea5b-476e-92fe-b2162c1b5d72/content>. Acesso em 02 mar. 2025.

KANIA, Stanislaw. Speech by Stanislaw Kania at Meeting of Party and State Leaders of the Warsaw Pact. **Wilson Center Digital Archive**. 05 dec. 1980. Disponível em: <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/112068>. Acesso em: 08 nov. 2025.

NASCIMENTO, Claudio. **Rosa Luxemburgo e Solidarnosc: autonomia e autogestão**. 2. ed. Marília: Lutas Anticapital, 2019. Disponível em: <https://base.socioeco.org/docs/solidarnosc.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2025.

PERRONE, Arragon. **Pope John Paul II's Role in the Collapse of Poland's Communist Regime**: examining a religious leader's impact on international relations. 2012. 54 f. Honors Scholar Thesis (Honors Scholar Program) – University of Connecticut, Storrs, 2012. Disponível em: [https://digitalcommons.lib.uconn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1244&context=srhonors\\_theses](https://digitalcommons.lib.uconn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1244&context=srhonors_theses). Acesso em: 12 jun. 2025.

POLAK, Barbara. Władze komunistyczne wobec Kościoła katolickiego w Polsce 1945–1989: rozmowa z Ryszardem Gryzem i Janem Żarynem. **Biuletyn Instytutu Pamięci Narodowej**, Warszawa, n. 10 (45), p. 9-28, out. 2004.

ROCHA, Oziel da. **Gramsci e a questão religiosa**: observações sobre a relação entre subalternidade e religião. 2023. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/41120/1/GramsciQuest%C3%A3oReligiosa.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2025.

SHIELDS, Stuart. **The international political economy of transition**: neoliberal hegemony and Eastern Central Europe's transformation. Abingdon: Routledge, 2012.

SKRZYPEK, Andrzej. **Mechanizmy klientelizmu**: stosunki polsko-radzieckie 1965-1989. Pułtusk: Wyższa Szkoła Humanistyczna im. Aleksandra Gieysztor, 2002.

SOCHACZEWSKI, Janina. **Overcoming “psychic catastrophe”**: memory, identity, and religion in Polish Solidarność. 2015. Major Research Paper (Master of Arts in Religious Studies) – School of Religion, Queen's University, Kingston, 2015. Disponível em: [https://www.queensu.ca/religion/sites/rlgnwww/files/uploaded\\_files/rels/grad/Janina%20Sochaczewski%20MRP.pdf](https://www.queensu.ca/religion/sites/rlgnwww/files/uploaded_files/rels/grad/Janina%20Sochaczewski%20MRP.pdf). Acesso em: 08 nov. 2025.

SZUMIŁO, Mirosław. John Paul II and Opposition Activities in Soviet Bloc Countries. **Annales Universitatis Apulensis: Series Historica**, Alba Iulia, v. 28, n. 2, p. 33-55,

2024. Disponível em: <https://doi.org/10.29302/auash.2024.28.2.3>. Acesso em: 26 nov. 2025.